



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por Unanimidade

ACTA N.º 05/2021-2025

6, 5 2022

Sessão Ordinária de fevereiro

1.ª Reunião - 25/02/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros diretamente eleitos: Hugo Filipe Casqueira Coelho; Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário; António José Flor Agostinho; José Manuel Figueiredo Pinto Reis; Ana Raquel Gomes São Marcos Simões; Pedro Miguel Cristo Graça; Ernesto Manuel Vidal Garrelhas; Cláudia Cristina Fernandes Reigota; André Filipe Casqueira Guimarães; Daniela Ribeiro Alegria; António Pedro Oliveira Martins; Diana Catarina Anastácio Gandarinho; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luis Carlos Cardoso Diamantino; Augusto Manuel da Rocha da Silva; Carlos António das Neves Rocha e João Eduardo Bonito Braga.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal, o eleito Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo foi substituído pela segunda sucedânea na lista de candidaturas do Partido Socialista (PS), Mariana Alvelos Silva; e o eleito João Pedro Ribau Casqueira foi substituído pela primeira sucedânea na lista de candidaturas do Movimento de Cidadãos Independentes 'Unir Para Fazer' (UPF), Mariana da Silva Lopes.

Pela Câmara Municipal de Ílhavo estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço; Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. Aprovação da Inscrição da Assembleia Municipal de Ílhavo na Associação Nacional de Assembleias Municipais - ANAM;

Ponto 2. Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 09DEZ21 a 31JAN2022;

Ponto 3. Apreciação e votação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP de 2022, para integração do saldo de gerência de 2021;

Ponto 4. Apreciação e votação da Abertura de Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica através do Acordo-Quadro (CIRA) – 17/CP/B/2022;

Ponto 5. Apreciação e votação do plano de Estratégia Local de Habitação;

Ponto 6. Apreciação e votação da prorrogação da aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais e entidades municipais no domínio da Ação Social;

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta do Grupo Municipal do Chega de Recomendação à Câmara Municipal para Alteração do “Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo”.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte a gravação áudio)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (0':48")

«Boa noite aos Srs. Membros da Assembleia Municipal. Boa noite ao Público. Boa noite à Comunicação Social. Vamos iniciar a Sessão Ordinária de Fevereiro. Peço à Sra. Secretária que proceda à chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3':30")

«Eu gostaria, em primeiro lugar, dar as boas-vindas ao Sr. Vereador Sérgio Lopes que irá acompanhar-nos nos nossos trabalhos e atividades durante os 365 dias referentes à suspensão de mandato do Sr. Vereador Eduardo Conde, tendo este processo sido gerido pelo Executivo, o qual teve a amabilidade de nos comunicar formalmente a respetiva suspensão e substituição.

A Mesa recebeu, através do Núcleo de Apoio à Assembleia, dois pedidos de suspensão de mandato, enquadrados no Artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro.

De acordo com o n.º 2 do articulado referido, “O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciado pelo Plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação”, o que é o caso.

Deste modo, coloco à apreciação da Assembleia - sem recurso a votação – o pedido de suspensão de mandato da eleita Sara Daniela Silva Pinho – do Grupo Municipal do Partido Socialista, pelo período máximo de 365, a contar do dia 26 de janeiro deste ano. Apesar do n.º 3, do Artigo 77.º, da Lei 169/99, referir na sua alínea c) que são apreciados pela Assembleia Municipal os pedidos de suspensão superiores a 30 dias, deixo ainda à consideração e ao conhecimento o pedido de Suspensão de Mandato por 30 dias, a contar da desta de hoje, 25 de fevereiro, do eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo, do Grupo Municipal do partido Social Democrata.

Pergunto se há alguém que tenha alguma consideração a fazer sobre estas suspensões? Não havendo...

Estão, assim, considerados os pedidos de suspensão de mandato. Desta forma, de acordo com o n.º 4, do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro, peço à 2.ª Secretária o favor de referir e confirmar a presença das respetivas substituições dos autarcas que solicitaram a suspensão dos seus mandatos.»

Foram confirmadas as presenças dos eleitos sucedâneos nas respetivas listas, Modesto Manuel dos Santos, em substituição de Sara Daniela Silva Pinho, e de Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, em substituição de Pedro Labrincha da Rosa Novo. (5:49")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (6:03")

«Muito bem. Dou as boas-vindas tanto ao Modesto como à Margarida. Sejam bem-vindos a este Órgão.

Vamos passar à aprovação das Atas n.º 1, n.º 3 e n.º 4 que foram remetidas para conhecimento prévio dos membros desta Assembleia.

Relembro, por força da alteração ao Código do Procedimento Administrativo, que quem não esteve presente nas respetivas reuniões não se deve pronunciar, nem votar as mesmas.»

Colocadas à apreciação do Plenário, as Atas 01/2021-2025, 03/2021-2025 e 04/2021-2025, referente à Eleição da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo, à primeira e segunda reuniões da Sessão Ordinária de Dezembro, realizadas a 17 e 21 de dezembro de 2021, respetivamente, e remetidas, atempadamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram, as mesmas, aprovadas por **Unanimidade**. (6:11")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (7:55")

«Relativamente ao Expediente, eu peço a compreensão da Assembleia para fazer uma ligeira alteração à normalidade do decurso dos trabalhos das Sessões, para deixar a referência ao Expediente para antes do primeiro Ponto da Ordem do Dia, por conveniência de tratamento e encadeamento dos assuntos a tratar nesta reunião. Se ninguém vir nenhum inconveniente, agradeço. Obrigado.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08:25")

«Passamos agora à intervenção do Público. Não sei se temos algum Município que queira fazer alguma intervenção, neste período dedicado ao Público? Muito bem, temos cinco intervenções. Eu peço, pela ordem que entenderem, talvez as senhoras primeiro, não sei, que se dirijam cá baixo.

Em lembro que este período tem o limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.»

Do Público

Município, Mónica Silva Ferreira: (09:27")

«Boa noite a todos. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, aceite os meus cumprimentos e, na sua pessoa, estendê-los a todos os eleitos nesta Assembleia Municipal.

Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, permita-me que use o direito regimentar que me assiste como cidadã que optou por comprar casa nesta terra e habitante com o meu marido e filhos na rua da Barca, na Gafanha da Boavista, e nesse direito poder ser esclarecida pelo executivo municipal dos seguintes factos.

Vivo a escassas dezenas de metros do recentemente jardim infantil lá construído pelo anterior executivo da Junta de Freguesia de São Salvador, jardim este que tem contíguo e como vizinhos a sede de uma Coletividade cultural, de todos nós conhecida, e, além desta, um pavilhão que, segundo se consta e é voz corrente, será propriedade da Câmara Municipal de Ílhavo.

Nota-se diariamente um uso deste pavilhão que, além de estar sinalizado como café promovendo uma marca comercial, é frequentado por uma reduzida clientela que desqualifica o espaço, em termos de ambiente; prejudicialmente para os vizinhos e essencialmente para o parque infantil contíguo. O ambiente é propiciador da degradação física e social do espaço, havendo pais que ao fim de alguns minutos no parque com as crianças optam por abandonar o local.

Perante tais factos, e outros que me reservo de aqui mencionar, pergunto ao Executivo Municipal o seguinte:

O pavilhão é mesmo propriedade da Câmara Municipal? Se o é...! Há protocolo de cedência a quem o usa e licenciamento para atividade de café e hotelaria e espaço noturno com a devida aprovação camarária do horário de fecho e abertura? ...atendendo que, com frequência, usam o espaço até cerca da meia noite.

Consta-se que estará a ser gerido (se o é) por uma coletividade! Essa coletividade tem assegurada a legalidade com uma Direção reconhecida, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia? Mais importante! Tem sócios? O Executivo camarário reconhece esta pretensa Associação como legal?

Se a pretensa Associação não tem sócios, não tem a legalidade de Atas dos Corpos Sociais, então, juridicamente, não existe. Se não existe, é claro para todos que quem usa o espaço e o explora para fins comerciais são particulares em proveito próprio com um espaço público da autarquia. A não haver protocolo que derriba as responsabilidades de cedência, então estaremos perante um crime de gestão que lesa o património público e que afeta os vizinhos habitantes desse espaço. Pergunto ao Executivo camarário, na pessoa do Sr. Presidente, se esta anormalidade se confirma! Por último pergunto: a haver ilegalidades neste caso, não seria mais útil à Gafanha da Boavista e, conseqüentemente, ao Concelho de Ílhavo ter este espaço aberto à comunidade com projetos culturais e/ou sociais e entregar o espaço a quem o dignifique, preste contas do seu uso e assegure a devida legalidade na boa gestão do bem público!?

Será escusado lembrar a responsabilidade da possível ilegalidade de existência de um espaço de café a escassos dois metros de um Jardim Infantil. Qualquer acidente pessoal ou outro no espaço vedado em causa, sendo este usado com conivência da Câmara Municipal por omissão de atuação e conhecendo esta realidade, será sempre da responsabilidade da Câmara.

Agradeço a esta Assembleia a atenção a este assunto estranho e talvez gritantemente anómalo que, a confirmar-se, urge pôr cobro. Agradeço os esclarecimentos possíveis. Muito obrigado.»

Munícipe, Luís José: (13:57")

«Boa noite a todos. Cumprimentar a Mesa. Cumprimentar o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais.

Eu trago aqui dois assuntos. Vou ser muito sucinto e gostava também de ter algum tipo de resposta, se possível.

O primeiro assunto é sobre o Cais dos Pescadores.

Após consulta do Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo, constata-se que o número 1, 2, 4, 5, 6 e 7, do artigo 263, não estão a ser cumpridos, nomeadamente no Cais dos Pescadores da Costa Nova.

De modo a que se faça cumprir, questionamos sobre as ações de fiscalização, periodicidade e modus operandi sobre o cumprimento do referido regulamento – artigo 263 – tanto na atribuição, como no uso e fim para que foram destinados.

Passo ao segundo assunto. Associações, Clubes Desportivos, Culturais e Associações Educativas.

A participação das crianças nas atividades desenvolvidas pelos Clubes Desportivos, Associações Culturais e Educativas do nosso Concelho pressupõe uma vinculação à capacidade financeira dos Pais ou Encarregados de Educação, para a prática das referidas atividades, o que, por si só, origina discriminação social entre as crianças, em função da condição financeira das suas próprias famílias.

Ou seja... se uma família não tem capacidade financeira para suportar uma inscrição ou uma mensalidade, para que os seus filhos pratiquem uma atividade dentro dessas instituições, simplesmente lhes é vedado o acesso.

Imaginemos um grupo de 10 miúdos e um clube de futebol. Oito entram e vão treinar, dois ficam à porta porque os seus pais não têm capacidade financeira para pagar a mensalidade.

Tendo estas Associações acesso a fundos ou verbas atribuídas pela Câmara Municipal, tem a mesma Câmara Municipal que se interpor sobre as mesmas Instituições de modo a que se acabe com esta discriminação. Caso contrário é conivente com ela.

Se recebem fundos e dinheiros públicos não podem cobrar mensalidades. Se cobram mensalidades têm que prescindir dos dinheiros públicos e deixarem de ser, como tão bem gostam de intitular, "sem fins lucrativos".

O dinheiro público é de todos e quando atribuído tem que o ser em prol de todos. As crianças não podem ser distinguidas pela capacidade financeira dos pais. Todas as crianças devem ter o mesmo direito de acesso. Obrigado e boa noite.»

Munícipe, Sérgio Manuel Sarabando Jesus: (16:41")

«Boa noite à Mesa. Boa noite aos Srs. da Câmara. Boa noite aos Srs. Eleitos. Boa noite ao Público.

Venho aqui, mais uma vez, para reforçar o assunto do Saneamento e Obras Públicas.

Os saneamentos continuam a ser feitos com pouca fiscalização, assim um bocado à balda. Alcatroam as estradas, haviam de retificar as bermas, porque fica lá uma vala profunda.

Uma vez que se está a alcatroar as travessas, por exemplo, que unem a Rua Dr. José Rito, na Gafanha da Encarnação, à Rua do Carmo. As ruas são muito estreitas. Uma vez que se está a gastar dinheiro, era alargar um bocadinho as ruas para caberem dois carros. Qualquer dia entramos outra vez no ridículo de termos que ter aí ruas de sentido único.

Escavaca-se os passeios. Em frente à minha casa, por exemplo, fizeram a tampa de saneamento, já dei cabo de dois pneus. A minha filha, com uma criança, já torceu lá um pé e caiu para o meio da rua.

Não há fiscalização. Eu vou começar eu a fazer as obras que pertencem ao setor público e vou começar a faturar a alguém e chamar a comunicação social se não for feito nada urgente.

Era só para começar a haver mais fiscalização nesta área. São dinheiros públicos.

Não se compactam os terrenos. As estradas que foram alcatroadas há meio ano, mas já se notam baixezas. Alguém tem que ser responsável por esta situação. E ainda os prazos das obras... têm princípio e não têm fim.

Era para tomarem um bocadinho de atenção a este assunto.»

Município, Armando Lopes Loureiro: (19':00")

«Boa noite a todos.

O assunto é a limpeza, manutenção e conservação de terrenos.

O local entre o Nó Rodoviário, ao quilómetro 0, na A25, entrada da Costa Nova – Biarritz - em ambos os lados da via pública, existe um enorme volume de vegetação invasora. Para além do mau aspeto visual, coloca-se em causa a segurança, tanto da via rodoviária, assim como da ciclovía do lado poente.

Neste sentido, apelamos à Câmara Municipal que proceda à limpeza dos referidos terrenos ou, caso não sejam públicos, que se entreponha, sobre os proprietários, de modo a que a limpeza, manutenção e conservação dos terrenos seja feita conforme obrigação legal. Muito boa noite. Muito Obrigado.»

Município, Márcio dos Santos Sousa: (20':15")

«Sou o Márcio Sousa. Boa noite à Mesa. Boa noite ao Executivo. Boa noite aos eleitos e boa noite ao Público.

Eu trago aqui três temas e vou começar a ler.

Abastecimento ao navio-hotel na Costa Nova.

Após a instalação do Navio-Hotel na Costa Nova tem-se assistido a algumas negligências que não conseguimos perceber, entre as quais: abastecimento do barco feito por viaturas pesadas e ligeiras na zona pedonal; colocação propositada de sinalética de proibição de circulação, com exceção de cargas e descargas na zona pedonal; lugar de estacionamento na via pública, reservado ao referido Hotel; requalificação da via pedonal pública que serve de acesso ao barco, como se de via privada se tratasse. Agradeço esclarecimentos sobre este ponto.

Segundo assunto: Obras inacabadas.

Estamos a três meses do início da nova época balnear e as obras ainda não foram recomeçadas. Para quando o recomeço das obras inacabadas, nomeadamente a Requalificação da Avenida da N. Sra. da Saúde, na Costa Nova? E a conclusão dos passadiços?

Juntamente com estas, alertava o Sr. Presidente da Câmara que no final da Avenida da N. Sra. da Saúde, no entroncamento com a Avenida do Mar, costuma haver bastantes acidentes pela falta de visibilidade para quem tem que virar à esquerda.

Se calhar, era de bom tom por um espelho para os carros conseguirem meter-se nessa via em segurança. Boa noite e obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':04")

«Obrigado. Não havendo mais inscrições, daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (22':39")

«Boa noite a todos. Boa noite ao nosso Presidente da Assembleia, Paulo Pinto, e nele cumprimento todos os deputados da Assembleia Municipal, aos Vereadores Eleitos, ao nosso técnico municipal que nos acompanha, à comunicação social e ao Ex.mo Público. Elevar essa presença porque, em oito anos que estive aqui, nunca vi tanta gente a assistir às Assembleias Municipais e a participar. É com muito agrado que se vê, aqui, a participação coletiva da nossa comunidade. O Salão Nobre é, de facto, a casa da democracia.

No que diz respeito à intervenção da Sra. Mónica Ferreira, na Rua da Barca, na Gafanha da Boavista. Referindo-se a uma obra que custou algumas dezenas, se não, milhares de euros à Junta de Freguesia, e penso que foi uma obra partilhada com toda a comunidade local, fico descontente com aquilo que trouxe aqui, hoje. É evidente que eu não sei do passado, as relações que existiram com a Câmara Municipal de Ílhavo, relativamente ao protocolado nesses dois edifícios. Sei que o Rancho Regional da Casa do Povo exerce a sua atividade no edifício onde tem o museu. E sei que na parte de trás, que também teve uma intervenção recente da Câmara para verificação da situação de conformidade do edifício, verificámos a existência do que referiu. Estamos em averiguações sobre a situação. Esta nota que trouxe aqui, hoje, já nos tinha chegado e sido manifestado por outras pessoas residentes na Gafanha da Boavista, com situação igual à que apresentou, uma vez que também temos lá, nesse parque, quatro mesas onde as pessoas poderão partilhar uma mesa de lanche ou outra iniciativa qualquer que a comunidade tenha para o local. Agradeço a sua participação e pedia-lhe, através da Mesa ou através de e-mail enviado para mim - presidente@cm-ilhavo.pt, que me enviasse o documento que possa ter em sua posse, apesar de ficar também na nossa Assembleia, para tratarmos o mais rápido possível.

Só deixar aqui uma nota. Aquilo que eu tenho de memória, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, é que há um acordo com a família descende Pinto Basto em que a utilização daquele edifício seria para outro fim, não o que está presentemente a ser utilizado, como Salão Cultural, e que se não for para esse fim revertia para a família, novamente. De qualquer das maneiras, isso já foi em 2013 ou 2014, é bom que tenhamos os factos descritos à nossa frente para depois tomarmos decisões. Ficaria por aqui sobre as explicações em relação ao que nos informou. Lamento pelas pessoas que frequentam aquele espaço e tomarei esse cuidado pessoalmente para ir falar com as pessoas para moderarem a linguagem e os comportamentos no exterior, para não continuarem a condicionar até a solução estar de outra forma.

Quanto ao Sr. Luís José. Quanto ao Cais dos Pescadores, é bom verificar que hoje temos pessoas preocupadas com aquilo que são os Regulamentos Municipais, até numa situação em que estamos a prepara a revisão dos mesmos é bom que essas notas surjam. Como sabe, relativamente a este Executivo, se a memória não me falhar, ainda não realizámos nenhuma hasta pública sobre a posição que refere. Portanto, temos que avaliar, temos que verificar a situação que o Sr. está a apresentar. Mas também tenho conhecimento que alguns dos espaços não estão a ser utilizados para o fim que foram feitos e que estão postos em prática por quem utiliza normalmente. Temos que verificar isso e a faculdade que nos permita, também, advertir as pessoas que fazem outras atividades no interior fora daquilo que é a guarda dos apetrechos de pesca e outros assuntos relacionados com a atividade piscatória. Temos que verificar isso. Não lhe posso garantir que seja um assunto rápido, de rápida resolução, porque depois tem alguns constrangimentos. A pessoa pode mudar a decoração de um dia para o outro e,

portanto, a verificação torna-se mais difícil. De qualquer forma, faremos essa observação no local e depois atuaremos de acordo com aquilo que é o Regulamento. Quanto à participação nas atividades desportivas e das crianças nos clubes. Eu terei gosto em falar consigo perante alguns dos Protocolos, que podem ser públicos ou não, que pode conhecer ou não, e perceber o muitas vezes se está a apoiar nos clubes. E, a partir daí, tirarmos conclusões do que possa estar a dizer de errado ou não sobre a sua interpretação daquilo que são os apoios aos clubes. Não me quero alongar muito sobre isso. Nós estamos para cumprir, neste mandato, os primeiros protocolos que vamos fazer entre a Câmara e os clubes. Acredito e serei sempre solidário com as relações do passado, que outros Executivos tiveram, mas, de qualquer das maneiras, todas as sugestões serão bem-vindas e terei em consideração aquilo que está a dizer. Tenho uma opinião idêntica à sua, enquanto Autarca que sou há oito anos, mas também não é fácil visualizar essa sua condição porque pressupunha aqui a entrega de uma panóplia de documentação por parte dos pais e das pessoas que frequentariam os clubes e que, muitas das vezes, pode ser ingrato para quem está e para quem deixa de estar. Permita-me dizer-lhe isto, como dirigente associativo que já fui, nunca nos foi fácil ter essa informação relativamente aos rendimentos das pessoas que metem os miúdos a praticar esses atos. Depois também não é fácil para os clubes. Estou só aqui a pensar consigo porque temos que perceber como é que as vamos buscar as coisas e como é que as vamos receber a montante. Muitas das vezes também falamos de um miúdo entre os 6 e os 12 anos e pô-lo a perceber estas situações também não sei se será a melhor ideia. É a minha opinião pessoal.

Dar-lhe-ei resposta clara sobre isto numa reunião que irei marcar consigo para lhe mostrar aquilo que tem sido a prática dos acordos que têm sido feitos entre a Câmara e os clubes.

Quanto ao Sr. Sérgio Sarabando. Se nos está a falar da obra da Gafanha da Encarnação, que é a PAR 200, que está referenciada nos cartazes que indicam o investimento que é feito pela Câmara e pela AdRA, aquilo que posso dizer é que no final do mês acabará a obra. Essa fiscalização foi, até hoje, partilhada por um serviço que é contratado pela AdRA e a Câmara Municipal.

Relativamente às situações que o Sr. relata aqui, na rua principal, na Rua da Mota, já se resolveu parte desse problema. Fez-se uma pressão muito grande, puseram-se lá duas pessoas e o tempo parece que anda para trás.

Eu não quero que o Sr. resolva nada porque, se não, estraga aqui um possível Auto Final de Obra, com um problema que possa acontecer. O empreiteiro até lhe agradecia. A mim não me vai agradecer porque nós temos-lhe feito as observações todas, a tempo e horas. A mim não me vai agradecer. Sou tão rigoroso quanto o Sr. ou quantos aqueles que me ouvem e aceitam o nosso rigor, não só na gestão da obra, como também a gestão financeira da mesma.

Eu peço imensa desculpa pelo que está a acontecer na parte que cabe à Câmara Municipal. Nós vamos avançar já, na segunda-feira, com outra obra. Vamos apresentar a obra da parte Norte e uma das coisas que eu peço às pessoas é a mesma tolerância que tiveram na parte Sul. Vai acontecer no Verão. Se registarmos este tempo de seca que estamos a verificar, vai haver muito pó no ar, vai haver muita danificação das pinturas das casas - as casas novas vão sofrer com isso tudo - mas os resultados depois virão para todos, não só a nível ambiental, mas também para todos os que têm a preocupação com as fossas sépticas, seladas ou não seladas. Portanto, elimina aqui uma série de problemas. Acho que este avanço que a Câmara Municipal tem feito, ao longo dos anos, na colocação do saneamento a nível municipal terá um resultado benéfico para todos nós.

Ouvimos recentemente alguns comentários desagradáveis nas redes sociais sobre os passeios que estão há imenso tempo por tratar na Gafanha da Encarnação, mas o

importante é que essas coisas cheguem até nós com a menção da rua e o número da casa, o número de contacto da pessoa, porque assim seremos mais velozes a 'bater' nos empreiteiros e a 'bater' nas fiscalizações. E temos que fazer isso de forma mais ativa, todos nós, e não apenas o Presidente da Câmara ou o meu Vereador responsável pelas Obras Públicas.

Relativamente à limpeza e manutenção de terrenos, duas referências para o Sr. Armando Loureiro. Naquilo que é responsabilidade da Câmara está tratado. O resto são terrenos privados e a notificação dessas pessoas não tem sido fácil. São vários proprietários que temos ali - está a falar das acácias que têm invadido, frequentemente, aquilo que é a pista ciclável e pedonal. Nós já fizemos intervenções com eles e penso que a coisa está controlada, mas precisávamos, de facto, de uma intervenção grande, de 3 ou 4 metros, e descansaria toda a gente. Até porque durante a noite, agora que vem o verão, há a questão da segurança porque alguém podia refugiar-se ali e fazer uns ataques e uns assaltos. Percebo a sua preocupação. Não tem sido fácil, e não é apenas nesse ponto, tem sido em todos os pontos do Município, notificar e tratar situações desse nível - limpeza de infestantes. Tivemos algumas intervenções que fizemos com a ajuda das forças policiais em casos onde a habitabilidade das pessoas estava muito condicionada pelo lixo. A minha Vereadora fez uma intervenção recente, aqui, em Ílhavo, onde tivemos que utilizar outros meios para limpar e tratar do que era um mundo de lixo à volta da casa. Não foi fácil, mas com a SUMA resolvemos esse problema. Nas intervenções mais delicadas e mais forçadas pode ver que a Câmara, com os seus operacionais, tem respondido. Nas situações de 'invasão' de terrenos privados não o podemos fazer sem outros meios a utilizar.

Relativamente ao Sr. Márcio. O Sr. traz aqui duas situações que carecem de uma avaliação mais pormenorizada por parte do Executivo e não lhe consigo dar uma resposta sobre isso.

Em relação ao abastecimento do barco-hotel, se não houver outra via, temos que perceber como é que foi administrado todo o processo. Neste período curto de quatro meses ainda não lhe consigo responder a isso. Quanto ao lugar que há lá é uma situação igual à que acontece, muitas vezes, com os hotéis. Também se cede um lugar ou outro, na via pública. E isso acontece frequentemente. Portanto, foi esse o princípio que se registou aqui. Se esse abastecimento estiver a danificar é natural que tenha havido qualquer coisa protocolada para manutenção do mesmo. De qualquer maneira vou observar e vou observar também se houve algumas restrições em termos de horários. Não sei se isso acontece indiscriminadamente, a qualquer hora do dia. Pela sua reação estou a ver que sim, mas de qualquer maneira vou deixar aqui com o meu Vereador e comigo a hipótese de conversarmos com o proprietário do barco-hotel e gerirmos, da melhor forma, esse processo, não pondo em causa aquilo que queremos que também seja uma história de sucesso para nós todos. É evidente que quem lá está tem o seu negócio, mas penso também que quem vai lá também usufrui. Assim como os espaços comerciais possam servir de outra forma, como o nosso Mercado, e possam ser possíveis compradores e geradores de sucesso para a economia local. É isso que pretendemos.

Em relação às obras inacabadas, custa-me muito dizer, e se tem visto as notícias, há um problema muito grave na nossa economia que pode resultar em duas coisas no futuro: os empreiteiros saírem das obras porque o valor que se adjudicaram não é, depois, suficiente para fazer a obra - e portanto alegarem essa situação, o que não é o caso - e o outro caso é o mundo de obras que se registaram aqui, num ano eleitoral, em que se correu para todo o lado e algumas ficaram um bocadinho para trás. Esta situação ocorreu porque a obra parou dois meses no verão, por causa da época balnear, e depois retomou ou não retomou, andou ali numas fases pequeninas, mas, segundo o meu

Vereador, não retomou. Aquilo que eu tenho indicação, hoje, é que na semana 1 e 2 de março voltamos à obra. Esta é a situação que está presente na Câmara Municipal. No caso dos passadiços, nós vamos tentar, naqueles que são da nossa responsabilidade, mantê-los e conservá-los. Tivemos uma pessoa a vistoriá-los esta semana para visualizar aquilo que são pregos ou outras situações saídas fora, sabendo que em alguns, dos nosso, temos que substituir totalmente as madeiras, num investimento que pode andar perto dos 60 mil euros. Os outros são da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, com a qual eu vou reunir quarta-feira, e depois terei uma resposta mais... já retomaram? Ótimo. Pelos vistos já retomaram na semana passada. Se visualizou alguém em obra é porque estão a dar resposta a isso. Mas acrescentava que quarta-feira terei uma reunião para essa verificação e para novos investimentos que surgirão na nossa zona através da Agência Portuguesa do Ambiente. Eu também queria deixar uma nota pública. Quem estiver a assistir até ao fim vai poder ver siso. Nós temos tido uma preocupação muito grande em que os meios que dispomos, principalmente no www.cm-ilhavo.pt, possam servir para deixarem sempre as sugestões e indicações para não precisarmos de estar dois ou três meses entre cada Assembleia para serem apresentados estes casos. E assim poderemos chegar aqui com eles resolvidos. E também é agradável para os ouvidos dos Autarcas que aqui estão para tomarem as decisões a nível municipal saberem as decisões que tomámos, em termos de orçamento e de investimento, foram postas em prática. Também gostava de ter notas boas, aqui, e não apenas observações. Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho dito.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (39':31")

«Chegou, dentro do determinado no Regimento, uma proposta de Voto de Louvor, subscrita pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos Unir Para Fazer. Peço ao Secretário que proceda à leitura, seguindo-se a apreciação e votação.»

A transcrição, nesta Ata, da leitura do Voto de Louvor a Título Póstumo ao Dr. Reinaldo José Gomes Topete, fica dispensada pela anexação à mesma do documento que, em devido tempo, foi rececionado e enviado a todos os Membros da Assembleia Municipal. (39':58")

António Flor Agostinho - PSD: (45':29")

«Boa noite a todos os presentes. Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara. Eu só vim aqui para dizer duas ou três palavras. Todos conhecemos o Dr. Reinaldo, pelo menos eu conheci, tive o prazer de trabalhar com ele, enquanto Vereadora a meio tempo nesta casa, nos longínquos anos de 1980. Licenciado em História, colaborou, na altura, com o Museu Marítimo, dava algum apoio ao Museu. Tanto quanto percebi, na transferência do Museu das antigas instalações para as atuais - atuais quanto à sua localização, porque não era este edifício que conhecemos - ele teve algum papel no transporte de todo o espólio que existia no Museu antigo e na catalogação dos bens. Sei que depois entrou nalguns conflitos com a Câmara Municipal até à inauguração da exposição da Faina Maior. A partir daí, pura e simplesmente, recusava-se a entrar no Museu Marítimo. Não estou a criticar, até porque, como é óbvio, vamos votar a favor, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelo Dr. Reinaldo.

Mas só vinha aqui referir uma coisa. Não é prática, ou não tem sido prática desta Assembleia, a aprovação de Votos de Louvor a título Póstumo. O que é prática é nós apresentarmos votos após o falecimento dos nossos Municípes. E também é prática desta Assembleia aprovarmos votos a ex membros da Câmara ou a ex membros da Assembleia Municipal falecidos ou, ainda, a pessoas de reconhecido valor associativo ou de reconhecido valor de intervenção social, cultural ou desportiva no nosso Município. O professor Reinaldo, como todos já percebemos, e se formos consultar informação que exista, facilmente constatamos que o Dr. Reinaldo, licenciado em História, apoiava subsidiariamente os funcionários da Câmara e que se dedicava, no período pós aulas, a ajudar na intervenção do Museu, naquilo a que veio a surgir mais tarde como o Grupo dos Amigos do Museu, mas que não teve a participação do Dr. Reinaldo. Portanto, nós não votamos contra, nós votamos a favor, reconhecemos o trabalho que foi desenvolvido pelo Dr. Reinaldo, mas chamamos a atenção que qualquer dia corremos o risco de generalizar estes votos de pesar ou de louvor, banalizando estes votos de louvor. Penso que é um mau caminho que possamos vir a traçar no futuro, nesta Assembleia. Volto a referir que, tradicionalmente, costumamos aprovar votos a pessoas que participaram na política do Concelho e a pessoas que, reconhecidamente, tiveram intervenção social, cultural, desportiva, nas nossas associações, na Igreja, e tudo mais. Nunca nos aconteceu aprovar votos a título póstumo. Será a primeira vez que acontece na Assembleia, mas há sempre um primeiro dia para acontecer uma novidade. Era só isto que eu queria dizer.»

Colocado, pelo Presidente da Assembleia Municipal, à votação Voto de Louvor a Título Póstumo a Reinaldo José Gomes Topete foi aprovado por **Unanimidade**. (49':34")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (49':51")

«Como sabemos, o Regimento determina 60 minutos para que a Assembleia debata assuntos relevantes para o Município. Apelo, sem qualquer pretensão de condicionalismo, mas apenas por uma questão de rentabilização do tempo para que a Sessão não se estenda para além de 2 reuniões, que os temas a apresentar não coincidam com o Ponto 2 do Ordem do Dia, que é a comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal.»

Sérgio Louro - CHEGA: (51':10")

«Boa noite a todos os presentes. Cumprimentar a Mesa da Assembleia. Boa noite ao Público e aos Srs. Deputados.

Trago aqui dois assuntos que não dignificam muito o Concelho de Ílhavo e que, no nosso entender, carecem de resolução.

Não sei se já alguém se apercebeu disso ou não, mas quem caminhar a partir do Pavilhão do Illiabum no caminho paralelo ao rio e que passa ao lado das Piscinas apercebe-se que temos uma situação de esgoto a céu aberto que mais parece uma coisa do terceiro mundo. Há uma conduta ao lado do ribeiro e que vai dar a uma unidade que pertence ao sistema de esgotos do saneamento do Concelho e, presumo, que durante as obras o mesmo terá sido rompido por uma retroescavadora ou algo do género.

O segundo assunto tem a ver com o nosso parque de estacionamento. Nunca me lembro do parque de estacionamento alguma vez ter tido o elevador a funcionar. Parque de estacionamento que eu uso com frequência e no qual observo desde pessoas que têm crianças, com um carrinho de bebé, têm que dobrar aquilo tudo e subir umas

escadas que ainda por cima são bastante íngremes. Assim como vejo idosos com muita dificuldade a subir essas escadas, impedidos de usar o elevador que eu penso que nunca funcionou. Por outro lado, o não funcionamento do elevador neste parque viola todas as regras em vigor impedindo a utilização do mesmo parque por deficientes.

Sr. Presidente da Câmara, para quando podemos ter uma resolução deste problema? Como fazer pressão sobre a empresa que explora o parque por forma a que esta situação seja resolvida de uma vez por todas? Obrigado.»

Diana Gandarinho - PS: (53:41")

«Boa noite a todos os presentes. Digníssimos Membros da Assembleia.

No início do ano passado, peço desculpa, no início já deste ano foi anunciado na comunicação social que o custo com os resíduos indiferenciados vai aumentar com reflexo na carteira dos munícipes. O problema é que a estratégia apresentada nessa comunicação - o aumento de ecopontos - ela não é suficiente e eu vou explicar porquê. O projeto 'Mãos na Terra', na Gafanha da Nazaré, em parceria com o Parque de Campismo da Gafanha da Nazaré, implementou, em julho e agosto de 2021, um programa de recolha e compostagem de resíduos orgânicos. Ao fim do primeiro mês, com pouco material recolhido, a organização decidiu trabalhar em proximidade com os utilizadores das instalações e organizar alguns momentos de reflexão sobre resíduos e ambiente. A forte resistência na participação surgiu com questões relacionadas com o desconhecimento, como, por exemplo, 'eu já pago na água para separarem o meu lixo', 'isto é um negócio para grandes empresas e eu tenho que pagar' ou 'não sei como fazer'. À medida que o diálogo avançou a adesão foi sendo cada vez maior e, em setembro, contabilizou um total de 528 quilos recolhidos.

Podemos concluir algo de importante aqui. As pessoas precisam de saber mais sobre resíduos, sobre os processos de gestão e de estarem diretamente envolvidas nestas matérias. Só assim a mentalidade e a responsabilização podem mudar e gerar ação. Isto requer uma estratégia bem articulada que não passe só pela disponibilização de ecopontos.

Agora a segunda parte desta colaboração. Na última Assembleia, defendi a importância da introdução de um projeto de compostagem doméstica e comunitária no Concelho. Já estão a reconhecer essa intervenção.

O Ex.mo Presidente respondeu, na altura, que entendia a importância, se bem se lembra, mas que não poderia comprometer-se. Mais... disse que tinha a impressão que muitos munícipes já teriam esta prática em casa e que também estava presente no projeto EcoEscolas. Decidi, portanto, prepara um pequeno trabalho informativo, com a ajuda da nossa comunidade, em que 139 pessoas responderam a um pequeno inquérito sobre este sistema. Destas, realmente, 93% sabiam o que são resíduos urbanos. Já é um muito bom indicador. No entanto, a parte mais interessante, é que 50% referiu que não faz compostagem, mas tem interesse em aprender e fazer. E ainda 5% que gostava de fazer, mas vive num apartamento.

Vou insistir, pois pode não estar bem à vista a verdadeira importância desta prática. Cerca de 40% dos nosso indiferenciados são resíduos orgânicos. Estimadamente, 0,7 quilos diários por pessoa e a maioria não são verdes, são subprodutos da preparação da nossa alimentação. Portanto, aqui está mais uma forma de produzir indiferenciados. Além disso, permitir gerir a pegada de combustíveis fósseis na recolha, bem como os custos da mesma; contribuir para as metas comunitárias da União Europeia, com as quais o nosso país se comprometeu; conecta as pessoas com a cidadania responsável e estimula outros tipos de separação; conecta as pessoas com o meio ambiente; e também se verifica - e está provado cientificamente - que faz aumentar outros comportamentos pró-sustentabilidade.

O Sr. Presidente disse que 2023 seria um ano decisivo sobre estas matérias, portanto não ignore, por favor, a importância da compostagem doméstica mesmo antes de uma potencial recolha seletiva. Pode consultar projetos de municípios que provam estes resultados, por exemplo, o Município de Lousada. Pode lançar um projeto piloto a investigar e, assim, servir municípios interessados. Pode criar estratégias que envolvam o projeto EcoEscolas e a comunidade. Seja a origem de um movimento no nosso Concelho.»

Pedro Martins - PS: (58:03")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. Dois pontos muito rápidos.

A primeira questão, penso que não está na Atividade Municipal, prende-se com o conhecimento que tivemos que foi lançado, pela Câmara Municipal um procedimento, por consulta prévia, para contratar a empresa que presta o serviço da transmissão, em direto, das reuniões da Assembleia Municipal. Vai ao encontro do que todos desejamos e que as transmissões das reuniões da Assembleia Municipal estejam para breve, decorridos que sejam esses trâmites dessa contratação.

Sem querer imiscuir-me na Câmara Municipal e no seu funcionamento, eu pergunto porque não, Sr. Presidente, também nessa consulta prévia incluir, ou abrir outro procedimento para o efeito, para a transmissão, nos mesmos moldes, das reuniões da Câmara Municipal que, como é sabido, é um órgão executivo. É o órgão que interessará tanto, ou mais, aos munícipes, pelas suas questões particulares em matéria do foro administrativo. Porquê, aparentemente, este andar à frente com a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal ficar para trás? Volto a dizer, sem querer intrometer-me no funcionamento e na organização que o Sr. Presidente entenda dar à Câmara Municipal. Outro assunto, diametralmente oposto, tem a ver com o facto de ter sido, também, do nosso conhecimento a aquisição da Casa do Gaveto, acho que é assim que é conhecida, junto à Casa da Cultura de Ílhavo. Não me vou pronunciar sobre essa aquisição, há-de haver também outros exemplos, mas gostaria de trazer aqui a questão de outro imóvel, de outra propriedade, que deveria merecer a atenção da Câmara Municipal que é a Casa das Caçoilas ou o Prédio das Caçoilas, na Gafanha da Nazaré, que está no cruzamento junto à Igreja Matriz da Gafanha da Nazaré. Isto é uma sugestão, uma chamada de atenção. Estou em crer que a Câmara estará atenta a esses e a outros locais porque a Avenida José Estêvão é, na verdade, uma via que precisa - há centralidades na Gafanha da Nazaré; há centralidades naquela Avenida, não muito marcadas na via (temos uma centralidade na Cale da Vila, uma centralidade na Igreja, na Junta de Freguesia, etc.) - de uma intervenção nesse cruzamento, uma eventual aquisição dessa propriedade da família Oliveira, ou das Caçoilas, como é conhecida por todos, essa aquisição permitiria uma intervenção que consideramos arrojada e que a Gafanha da Nazaré carece, permitiria um arranjo urbanístico que pudesse conferir uma centralidade mais acentuada naquela zona da cidade da Gafanha da Nazaré.

É evidente que quando nós olhamos para a definição, para os alinhamentos que ali existem nos prédios que já lá se encontram, nós percebemos que ali vai nascer, provavelmente, uma rotunda. Não tenho dúvidas sobre isso. E também estou em crer que alguém que um dia tenha de construir ali, naquela propriedade, terá que recuar formando o tal alinhamento que permitirá o surgimento de uma rotunda ou algo semelhante. De qualquer forma, pensamos que esse terreno, essa propriedade, mereceria uma atenção especial por parte da Câmara Municipal, até porque tem ali próximo o Museu da Casa Gafanhosa e muito próximo da Igreja, como digo, que mereceria um investimento arrojado, talvez, mas que a cidade da Gafanha da Nazaré merece. Muito obrigado.»

José Pinto Reis - UPF: (01:03:09")

«Boa noite a todos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação. Caros colegas, Membros da Assembleia Municipal. Distinto público. Órgãos de Comunicação Social. As nossas primeiras palavras são de apoio ao povo ucraniano - penso que facilmente se juntarão a nós - para lamentar a situação que hoje vivemos a nível europeu. Não é fazer disto política, nem ter qualquer mérito, mas é pena que, bastantes anos depois da Segunda Guerra Mundial, sejamos confrontados com um cenário de guerra no nosso continente e aqui tão perto. Esperamos que as situações se resolvam e que o povo da Ucrânia consiga ter o apoio internacional que necessita.

A minha intervenção prende-se também com aquilo que já foi anteriormente dito pelo público e que é uma preocupação de todos os cidadãos. Tem a ver com esta situação do respeito pelo cidadão e pelo habitante, no momento em que são executadas obras, essencialmente de saneamento. Estamos com frentes de obras em vários locais e aquilo que distingue uma região, um município desenvolvido dos restantes é a capacidade de minimizar esses impactos nas populações. É importante que, na sua fase de planeamento, de conceção e preparação de obra que isso seja tido em conta, que seja preparado e que seja incluído no caderno de encargos dos empreiteiros. É importante que, durante a execução, se acompanhe a obra e que, para situações que não estavam previstas, se intervenha. Seja pelo excesso de chuva, seja por falta de chuva, é necessário que não se deixe as coisas ao 'Deus dará'. É importante que respeitemos isso e que respeitemos os cidadãos. É este o risco que temos nos próximos tempos: das empreitadas se estenderem por mais tempo do que aquilo que é previsível. Torna mais gritante este apelo para que a Câmara Municipal tenha esta situação presente.

Feita aquela que é a minha intervenção de base, dizia só ao Sr. Pedro Martins que eu nunca vi nenhuma transmissão do Conselho de Ministros. Não há transmissões dos órgãos executivos. Queremos fazer isso, na Câmara Municipal, é queremos ter um tratamento que não há, que não temos noutros órgãos. Não vejo um Conselho de Administração a fazer as suas intervenções ou a fazer a publicação, a transmissão, via streaming, dessas reuniões. Nós, às vezes, 'queremos ser mais papistas que o Papa' e custa-nos, um pouco, aceitar as regras que utilizamos noutros setores e noutros órgãos. É tudo para já. Muito obrigado.»

Mariana Lopes - UPF: (01:07:04")

«Boa noite. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Mesa. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e Vereação. Ex.mos Membros da Assembleia. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Num momento mundial tão sensível e tão particular, a nível geopolítico e energético, conceitos como energia e segurança são conceitos que se apresentam, hoje, na ordem do dia. Neste momento tão difícil, facilmente encontramos estes dois conceitos cruzados em qualquer serviço noticioso destes dias.

Feita esta introdução e pegando nestes dois conceitos, numa outra perspetiva gostava, aqui, de abordar a questão da iluminação pública e da sua extrema importância no sentimento de segurança e bem-estar dos nossos Municípios.

Sabemos que a luz natural é a forma mais sustentável de iluminar, mas, no entanto, não podemos fugir da luz artificial. Nomeadamente no espaço público tornou-se num elemento indispensável ao pleno exercício da cidadania no nosso território. Uma iluminação pública eficiente é, inevitavelmente, uma condição fundamental para que os cidadãos possam usufruir e desfrutar do espaço público durante o período noturno, quer seja em trabalho, quer seja em lazer, praticando desporto ou simplesmente nas deslocações que têm que fazer. Não podemos descorar este tão importante elemento integrativo da nossa realidade territorial, cabendo-nos, a nós, a responsabilidade de

alertar para alguns pontos sensíveis da iluminação pública nas nossas várias freguesias e que nos foram chegando ao longo destes dias. Nomeadamente: nos pontões que atravessam a A25 e vias adjacentes, tão utilizadas pelos nossos jovens atletas e respetivas bicicletas nas suas deslocações para as suas atividades desportivas, como, por exemplo, os treinos de futebol, a utilização da piscina na Gafanha da Nazaré, o atletismo; na Ponte da Barra, o único acesso do nosso Município às nossas praias; na estrada paralela à A25, junta à GNR da Gafanha da Nazaré; e um outro ponto, aqui na Freguesia de São Salvador, na variante junto aos Bombeiros Voluntários, situação esta que verificamos, com bastante agrado, que, ao fim de umas semanas valentes ou uns meses, já foi intervencionada e resolvida. Sabemos também que estas situações não se revestem todas da mesma natureza. Sabemos que estamos a falar de algumas situações de avaria e outras configuram simples, configuram de outras explicações legais, administrativas, económicas ou outras, que esperamos poder ver aqui clarificadas. Também, como é óbvio, não podemos ignorar, de forma nenhuma, o papel central da EDP nesta questão. No entanto, acreditamos que o Executivo pode e deve assumir a articulação e agilização destes processos, no sentido de melhorar a vida das nossas pessoas, dos nossos concidadãos. Tendo consciência que a iluminação pública depende de equipamentos e infraestruturas bastante complexas e dispendiosas, anotamos também com bastante agrado a modernização que tem vindo a ser implementada, nomeadamente com a substituição das antigas lâmpadas por LEDs, contribuindo, desta forma, para a persecução dos objetivos da estratégia energético-ambiental do nosso Município.

Por fim só deixar uma nota. Um ambiente iluminado é um ambiente seguro e um ambiente seguro promove e incentiva os nossos concidadãos a usufruir, plenamente, o nosso território. Obrigado.»

Hugo Coelho - PSD: (01:11:27")

«Muito boa noite a todos, à nossa Mesa, Executivo, Vereadores, Membros Eleitos.

Eu nunca me lembro, nem esperaria começar uma intervenção nesta Assembleia Municipal por um tema tão ultrajante que é por aquilo que o José Pinto Reis já começou e que tem a ver com a guerra na Ucrânia.

A invasão da Rússia à Ucrânia é uma flagrante e grosseira violação do Direito Internacional. Pelo que, manifestamos aqui a nossa total solidariedade para com o Estado e o povo ucraniano.

A Ucrânia é um país soberano, e a Rússia negou e ameaçou essa soberania a um nível sem precedentes, cercando durante meses o Estado ucraniano, com milhares de soldados russos e em total violação de todos os Tratados internacionais.

Todos os esforços diplomáticos efetuados insistentemente por europeus e americanos, foram apenas usados por Vladimir Putin para uma mera encenação.

A democracia incomoda Putin. Incomoda-lhe a autonomia, o Estado de direito, os direitos humanos, os direitos das minorias, a economia de mercado, e a globalização imbuída de valores ocidentais. Incomoda-lhe a linguagem ocidental dos valores e princípios humanistas, que são totalmente incompatíveis com toda e qualquer visão imperialista. Putin é o responsável por voltar a trazer a guerra ao continente europeu.

A União Europeia deve estar pronta a enviar à Rússia um sinal claro de que este ataque é inaceitável e, por conseguinte, terá de ter um preço económico e político exemplar e dissuasor de novas aventuras imperialistas e antidemocráticas.

Não estarmos prontos para contribuir com a nossa parte, seja no plano militar, económico ou diplomático, seria estarmos a ignorar o perigo de termos um futuro bem mais sombrio para Portugal, para a Europa e para a humanidade em geral. E, por isso, Portugal deve assumir integralmente os seus compromissos e a sua responsabilidade como membro fundador da NATO, e defensor da paz e dos valores democráticos. A

ameaça à soberania ucraniana e à sua integridade territorial deve ser condenada por todos os países que partilham os valores da paz e da democracia.

Expressamos uma palavra solidária e amiga, e partilhamos a dor com o povo ucraniano, com os luso-ucranianos e com toda a comunidade que sente e sofre com este ultraje.

É pena que nem todos os partidos políticos tenham condenado esta atitude da Rússia. É pena. Devíamos estar todos pelo lado da paz e da democracia.

Se calhar, deixava aqui duas sugestões. Uma, à Câmara Municipal, não sei se isso poderá acontecer ou se é possível, mas estarmos preparados para receber povo ucraniano porque há uma comunidade cá. Muito provavelmente iremos ter que os receber, pelos menos algumas pessoas, e estarmos preparados para lhe dar guarida, até porque são pessoas normalmente qualificadas e que podem ser facilmente integradas na nossa sociedade e valorizar a nossa terra.

E deixava uma sugestão à Mesa e à Assembleia Municipal no geral de podermos enviar - não se é possível, se é passível ser discutido e votado - uma mensagem inequívoca ao povo ucraniano, talvez através da Embaixada, uma palavra de apoio e amizade. Nós PSD gostaríamos bastante de o fazer. Não sei se será possível. Deixo a nota.

Porque hoje é a primeira Assembleia após as legislativas, queríamos dar os parabéns ao Partido Socialista pela vitória. O povo escolheu o Partido Socialista para governar e reforçou-o com a maioria. O povo escolheu e a soberania do povo é, de facto, a beleza da democracia. Esperamos que não se tenha enganado e que todos possamos ter um país e uma terra mais próspera, com empresas mais competitivas, mais inovadoras, com um trabalho mais qualificado. É o desejo de todos nós, enquanto cidadãos, enquanto portugueses. E que a nossa terra, o nosso município também beneficie de um governo que queira ser proativo e que queira trazer essa prosperidade à nossa terra que é extremamente importante. O PSD, em Ílhavo, teve mais votos que há dois anos. A direita teve, também, muitos mais votos, mas o nosso Concelho de Ílhavo alinhou pela concentração de votos à esquerda, no PS, e que foi a tendência nacional. E a divisão à direita que aconteceu tanto a nível nacional, como aqui no nosso Concelho.

É claro que no nosso Concelho é indubitável a marca do anterior Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e atual Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e que foi um dos grandes responsáveis pela vitória do PS também em Ílhavo e contribuiu para esse resultado, por aquilo que tem feito. É certo que o PS beneficiou bastante com este trabalho do atual Presidente da Câmara. Afinal, como nós dissemos, no início da nossa primeira Assembleia, sempre existe um PS 'B'. É só, Sr. Presidente.»

José Pinto Reis - UPF: (01:17':41")

«Sr. Presidente. Só para dizer que queremos subscrever a intervenção do Hugo Coelho em relação à Ucrânia.»

Margarida Alves - PSD: (01:17':56")

«Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Caros Vereadores do Executivo. Caro Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários. Membros da Assembleia das bancadas eleitas. Caro público, o mais nobre que pode existir é o nosso público porque representa o povo e é a vocês que eu dirijo, naturalmente, esta palavra.

Sem povo não existe democracia e a democracia, na Europa, está ferida. E digo isto sem papéis, sem olhar a nada, porque é o que me vai no coração. A Europa está ferida de morte, hoje, no que toca à democracia. Também em Portugal existe um partido, eleito na Assembleia da República, que apoia a ação da Rússia. E isto, nas Assembleias Municipais, também não podemos esquecer. O Partido Comunista Português, provavelmente, teve a derrota nas legislativas devida a este tipo de postura antidemocrática e quase desumana - peço desculpa, estou um bocado nervosa porque estou sentida... isto vai-me mesmo na alma. Aqui tenho que reconhecer o mérito ao

Partido Socialista que ganhou as legislativas, e bem, com maioria absoluta - e, meus caros camaradas, agora não há desculpas para vocês... já não há uma esquerda, já não há negociação da lei laboral por causa do Orçamento, e que não tem nada a ver uma coisa com a outra, para deixar de governar o país. Mas estou preocupada com aquelas crianças, com aquelas mulheres, com aqueles homens que querem proteger as suas famílias, com aquelas pessoas que querem defender a sua terra e não têm os meios para a defender.

Ontem, tentei acompanhar - não foi fácil - o Conselho Europeu porque queria ver se, de facto, existiria alguma coragem no meio disto. Porque já que em Portugal aconteceu um 'brexit' nas legislativas - perdoem-me a comparação, mas os dados isso mostram - o Reino Unido, nomeadamente a Inglaterra, foi quem tomou, para muitos, as medidas mais drásticas. Um sinal mais drástico poderia acontecer era se Biden de negar o swift à Rússia, como já fez com o Irão. Isso sim, seria uma medida que evitaria que a Rússia, hoje, tentasse invadir Kiev. Em dois segundos isto poderia ter acontecido. Permita-me usar o PAOD, Sr. Presidente, restantes membros desta Assembleia e ao Povo, porque é a vocês que me dirijo, para uma coisa que me honra, que é ver que há povo na Rússia que luta pela democracia. Mil pessoas foram presas hoje, na Rússia. E é com esses que eu também estou solidária porque nós também já fomos para a rua lutar pela democracia, e assim o farei até ao último dos meus dias. Isso vos garanto e quem me conhece sabe que será sempre assim. A luta pelo direito da equidade, não da igualdade, mas sim da igualdade de oportunidades, porque não existe igualdade.

Perante este desabafo, permitam-me dizer que ao fim de 20 anos foi o primeiro mandato em que não tive eleição direta. Mas quis o destino que voltasse a este palco com toda a honra e dignidade que este Órgão merece. É curioso verificar que há pessoas que há 10 anos me criticavam nas redes sociais, nem sequer foram a votos e já estão pelos gabinetes a fazer política. E eu aqui estou a fazer política com honra, a defender o povo porque o povo sabe em quem está a votar.

Isto, meus caros, para dizer o seguinte. Assusta-me que, em termos democráticos, existam movimentações que possam ferir a democracia. Eu espero ver o 25 de Abril a festejar os 50 anos. Espero mesmo ver. Já estive mais crente, mas ainda acredito que é possível. Eu, que nasci em 74, só sei o que é viver em democracia e espero nunca ter que deixar de viver nela.

Naturalmente que o Partido Social Democrata é um partido muito sui generis, interclassista, é um partido de diversas mentalidades, não há delírio de opinião - era o que faltava, se não eu não estava aqui, porque quem me conhece também sabe que eu tenho opinião própria, penso por cabeça própria e sempre por cabeça própria e com a isenção que cada cargo que exerci como autarca no nosso Município. Após as legislativas, ouvi a deputada falar que era importante nós falarmos da eletrificação. Passos Coelho já defendia, no tempo da Troika, que nós deveríamos ter repensado, profundamente repensado, aquilo que deveríamos fazer em termos energéticos e de acesso àquilo que são os bens essenciais, nomeadamente o controlo do mercado dos combustíveis, distribuição alimentar, etc.. Diziam que era da Troika, diabolizaram a pessoa, mas afinal ele tinha razão. E curioso é ver o ministro Santos Silva dar-lhe razão em plena Assembleia da República, ao dizer que 'sim, senhora, isto já devia ter sido pensado' e, provavelmente, hoje não estaríamos a ter este dia tão triste da invasão da Ucrânia. Nós nunca pensamos para o futuro, na generalidade, nós povo, muitas vezes, no voto decidimos erradamente. O Partido Social Democrata pensa sempre para o futuro e nunca para resolver o dia de amanhã. Por isso é que somos criticados, por isso é que ganhamos, por isso é que perdemos, por isso é que somos oposição, somos posição, sempre conscientes em fazermos parte da solução.

Aqui faço um apelo ao Sr. Presidente da Câmara. Temos que nos recordar que em 2018, quando saímos do Plano de Apoio às Autarquias, no Executivo anterior - não

podemos esquecer isso - reduzimos a dívida camarária para menos de metade (reduzimos, o Partido Social Democrata), fizemos obra pelo Concelho todo... não é possível fazer tudo, mas em 2017, antes das eleições autárquicas, o Secretário de Estado, à semelhança do Secretário de Estado da Educação, mas neste caso da Saúde, foi à Unidade de Saúde Familiar da Gafanha da Nazaré dizer que ia fazer obras. Desde 2017 passaram cinco anos. Eu que sou utente da Unidade de Saúde Familiar da Gafanha da Nazaré e sou bancária e tenho o direito a usar o serviço privado, mas eu uso o público, verifico o estado vergonhoso que é assistir a que os médicos, se não levaram o seu aquecedor, não têm forma de trabalhar. Se os enfermeiros não levarem uma manta não têm forma de trabalhar. Se os administrativos também não levarem um acessório não têm forma de trabalhar. É esta a dignidade do trabalho, além das condições físicas e estruturais que a Unidade precisa. É dar a dignidade a quem, há mais de 2 anos, anda a lutar por todos nós. E aqui voltamos à guerra que é a guerra que nós fazemos uns contra os outros, mas nunca pelos outros.

Por isso, apelo ao Sr. Presidente da Câmara que, com este enamoramento que existiu na comunicação social com o Partido Socialista - só vou evocar o Sr. Presidente da Câmara porque foi a única pessoa do 'Unir Para Fazer' que o fez. Se o Partido Socialista tem que lhe agradecer pelo que fez, então também tem que pagar ao Concelho de Ílhavo o facto de ter ganho, em Ílhavo, da forma como ganhou. O Sr. Presidente da Câmara de certeza que irá fazer a sua pressão, perante o Partido Socialista, porque, de facto, agora não há desculpas. Disse e obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:26:46")

«Agora sim... não havendo mais inscrições, passaria, então, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:26:55")

«Obrigado. Eu vou começar pela Margarida porque chegou agora, aqui, à Assembleia Municipal, também teve a participação naquilo que foram as eleições para o Governo. Parabéns. Independentemente dos resultados, importa é estarmos disponíveis para esses desafios e, depois, os resultados têm que ser trabalhados por todos. Dizer-lhe que, ouvindo aquilo que disse, é bom para esta Assembleia ter pessoas com essa postura e com essa preparação. Dizer-lhe mais ainda. Relativamente ao apelo que faz sobre a Unidade de Saúde da Gafanha da Nazaré, nós estamos com a situação, como sabe, da descentralização em curso. Hoje, trazemos aqui o tema da Ação Social, será um dos pontos a debater, mas, por outro lado, também já estamos a preparar a da saúde, porque parece que vamos ficar com ela, quer queiramos, quer não queiramos, no dia 1 de março. Realmente, eu deteto aqui, no documento que me foi enviado pelo Governo, mais propriamente do Secretariado da Administração da Saúde do Centro, que tem lá equipamento e que está operacional - aquecimento central com radiadores de alumínio. Se calhar não é suficiente, mas é aquilo que eu tenho. Não me vou defender, vou dizer-lhe o seguinte. Nós, perante a documentação que já estamos a trabalhar há alguns dias, depois de uma reunião preliminar que tivemos, a equipa liderada pelo meu Vereador teve uma reunião no Centro de Saúde de Ílhavo e terá outra na Gafanha da Nazaré - afinal foi para os dois centros - para avaliar tudo o que estamos a receber, porque aceitarmos estas coisas sem saber se está operacional ou não está operacional não é muito correto. E os valores também são muito curtos para aquilo que nós perspetivamos e para a experiência que eu já conheci aqui na área da educação, não só pelo que foi transmitido pelo Vereador que faz parte do Executivo, o professor

Tiago, mas também pelas experiências que comprovamos com o trabalho que os nossos técnicos têm feito.

Portanto, espero que isto resulte bem, sabendo que a Câmara irá ter que investir nestas matérias e vamos trabalhar de forma a que essas situações, a médio prazo, ou como uma candidatura ao PT2030 ou outra, vamos ver se há, realmente, possibilidade de nós dignificarmos, de uma vez por todas, os nossos dois Centros de Saúde, uma vez que a Extensão de Saúde da Gafanha da Encarnação já está em obra, na Costa Nova não temos grandes problemas e na Gafanha do Carmo, que tenhamos evidência, também não. De qualquer das maneiras vamos trabalhar no sentido de que estas cinco posições tenham um melhor resultado possível. Não sei se chegam estes quatro anos, mas também deixaremos sempre lançados, para quem governar este Município tenha condição plena para alterar ou para melhor, o que eu acho que é sempre possível.

Depois iria começar aqui pelo Sr. Sérgio Louro. Relativamente ao esgoto que fala, ao lado das Piscinas de Ílhavo, chamava-se o Rio de Ílhavo que começa aqui junto do Mercado e vem da Légua, junto às águas dos Moitinhos e da Légua, e passa aqui um viaduto enorme pelo centro da cidade e que descarrega um bocadinho antes da Piscina, numa conduta. Posso dizer-lhe que vou instaurar uma inspeção à qualidade das águas que estão lá a passar, já na segunda-feira.

Dentro daquilo que é o nosso conhecimento, há, normalmente, escapes, por assim dizer, daquilo que são os coletores de saneamento que estão ali. Pode acontecer uma situação que possa poluir e chamar então um esgoto que está ali a passar. Nós andámos, recentemente, a fazer umas operações de melhoria, encostada às casas da Avenida, nas traseiras dessas casas, mas segunda-feira vamos verificar isso e ver o que refere. Não sou, hoje, um utente tão assíduo, como gostava, da Piscina, mas nunca vi esse problema que está a evidenciar. Aliás, vi uma fauna e uma flora riquíssimas. Costumo lá ver alguns peixes... mas também não é o peixe que seja o mais limpo, já que são tainhas. Mas estão lá e vejo, também lá, algumas aves por aquela zona. Mas isso não invalida que os pássaros também não se adaptem à poluição e temos visto os problemas que temos sobre isso.

Quanto ao parque de estacionamento. Trouxe para aqui um assunto que eu não queria tocar muito. Como sabe, na Atividade Municipal está mencionado um processo jurídico das pessoas que são detentoras do parque e que têm um processo litigioso com a Câmara e não é fácil, para nós, estar a responder-lhe conforme queríamos. Mas notificámos, mais uma vez, os proprietários do Parque sobre essas questões. Aliás, tivemos, com a Concessionária, uma reunião, já depois de tomarmos Posse, sobre essas matérias. As soluções são difíceis de concretizar. E até lhe vou dizer, o meu adjunto aleijou-se lá, com a água no Parque, caiu e anda ali de moletas. Aconteceu-lhe e nem foi preciso subir as escadas. Sente o problema, hoje, de ter que subir as escadas. Se é só o elevador tem a resposta dada. Eu não consigo fazer muito mais, neste momento.

Relativamente à Diana, assim, rapidamente, dou-lhe os parabéns pelo trabalho que está a fazer. A nível voluntário é muito importante... houvesse muita gente com essa capacidade para se voluntariar, para conhecer os problemas que nós temos e o esforço que tem sido feito - faltou-lhe fazer aí uma nota sobre aquilo que tem sido uma referência para o Município: as duas EcoFreguesias e o trabalho nas EcoEscolas, nomeadamente em São Salvador e na Gafanha da Nazaré, e espero que os Presidentes de Junta da Encarnação e do Carmo reúnam as condições também para poderem, dentro deste mandato ou já neste ano, ser EcoFreguesias. Estamos cá para eles. Esta relação que a Sra. fala dos contentores com os resíduos, sabemos perfeitamente o peso que isso tem. Devo-lhe dizer que no orçamento municipal, se as coisas continuarem da forma como têm continuado nos contentores de RSU [resíduos sólidos urbanos] vamos ter um aumento de 300 mil euros no nosso orçamento, porque as descargas na ERSUC vão

custar 44,50 euros, face ao valor atual que penso que não chega a 30 euros. E isto está muito mal. Se a nossa comunidade, com as ações de sensibilização que nós vamos tomar, em termos de ambiente, através da minha Vereadora e das pessoas responsáveis, não tentarmos segmentar, cada vez mais, os lixos não há solução para baixar as contas e vai sair do bolso de todos. Ou seja, possivelmente alguns dos investimentos não se irão fazer para podermos pagar estas contas.

A TGR, Taxa de Gestão de Resíduos, estivemos a fazer uma avaliação a nível dos municípios da CIRA. Não somos o Município mais caro e queríamos ter um princípio igual em todos nós, todos os municípios da CIRA. Mas nas faturas da água já aparecem, em média, entre 4 e 6,5 euros em todos os municípios, para a Sra. perceber.

Portanto, não sei se algum dia vamos conseguir baixar isto, mas é o que cada cidadão paga, em média. Vamos tentar que haja um equilíbrio para lutarmos todos em conjunto, depois, para um menor preço no tratamento.

Quanto àquilo que me fala dos Ecopontos. Nós vamos, agora, distribuir oleóis novos, com uma qualidade de trabalho diferente, num investimento grande, na ordem dos 7.500 euros ou 8.000 mil euros. Vamos também colocar mais alguns ecopontos, nomeadamente para o vidro, por aquilo que nos têm pedido, concretamente na Barra. Não podemos deixar de povoar essas coisas, permita-me dizer-lhe, porque depois as pessoas tratam e não conseguimos obter resultados.

Continuamos a ver que muita gente trata dos lixos ao fim-de-semana, o que causa perturbação também nas recolhas. Há muita gente que tem reclamado por os contentores estarem muito cheios, porque acumulamos em casa e depois vamos pôr no fim-de-semana. Depois, os Ecopontos deitam fora, o sistema de recolha está programado para ser a uma quinta-feira e isto é um problema. Eu espero que as pessoas se habituem a ir regularmente e não façam as descargas dessa forma pontual, de oito em oito dias, para termos uma uniformidade nas recolhas porque não conseguimos garantir outro trabalho. Também para lhe dizer que sabemos perfeitamente que em 2023 temos que tratar esta matéria porque é um ano decisivo sobre estes materiais. Esse exemplo de Lousada nós conhecemos, com os biorresíduos, conhecemos esse trabalho. Há outros. Nós tivemos uma reunião com a SUMA e vamos tentar que seja o melhor para o nosso Município e vamos tentar encontrar as soluções. De qualquer maneira, convido-a sempre a ser uma nossa voluntária e a participar ativamente connosco, independentemente de defender aqui outras cores partidárias. Acho que todos os deputados estarão de acordo comigo que esse trabalho é sempre meritório e merece, desde já, o reconhecimento do Executivo pelo trabalho que fez.

Sr. Pedro Martins. Não tenho muito a dizer sobre o que referiu. Aliás, já lhe deram as respostas. Relativamente ao que falou de aquisições, não tenho nada a dizer-lhe também.

Quanto ao Sr. José Pinto Reis e ao Sr. Hugo Coelho, nós tínhamos aqui uma menção quando fosse oportuno fazer referência a esta situação sobre a Ucrânia. Também nós iríamos referenciar isso, mas penso que já tudo foi dito. Acrescentar mais qualquer coisa é desqualificar as intervenções. Portanto, se mo permitem aproveitarei estas duas e valorizo essa situação de referência da vossa parte.

Em relação à situação que a Mariana apresentou quanto à iluminação pública, a Câmara tem um contrato que tem uma percentagem de investimento. Portanto, nós vamos tentar esgotá-la, como já tem sido feito até aqui. Não nos deram a informação de nenhum crédito. Aliás, deram-nos a informação de um pagamento suplementar. Sabemos que houve um investimento através de uma empresa que apresentou uma solução da troca das lâmpadas normais por estas de LED. Sabemos que esse investimento também tem zonas onde a essas lâmpadas de LED se podem associar equipamentos trabalhados remotamente para aumentar a potência, diminuir a potência ou desliga-las ou não ligá-

las. Por exemplo, na via da Malhada é possível isso. Podemos aumentar a potência de luminosidade em algumas zonas, permitindo fazer isso remotamente.

Reconhecemos, perfeitamente, as zonas que referenciou e também nas ligações que nos falou da A25 e nas vias adjacentes. Nós já tratámos disso, seguramente, há dois meses e meio, talvez. Tivemos que elaborar um projeto que já está a dar entrada aqui nos serviços da Câmara e que vai garantir a saída da concessionária. Isso estava com a concessionária da A25 e passará para municipal. Uma referência importante a estes dois trajetos, nomeadamente o que liga ao Intermarché, pelos furtos frequentes da cablagem. É um sistema fácil, eles desligam num poste, metem uma carrinha e puxam o cabo de uma vez e levam-no. Isto acontece frequentemente nessa via, na Gafanha da Encarnação. É já uma referência estes roubos de luz. Relativamente a essa situação dou por terminadas as respostas em relação à iluminação pública.

O Sr. Hugo Coelho fez algumas referências, tudo bem.

Tenho tudo dito, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

Iniciado o segundo período de intervenções.

Da Assembleia Municipal

Sérgio Louro, Chega: (01:41':14")

«Obrigado, Sr. Presidente. Na minha primeira intervenção estava um pouco nervoso e talvez não tenha sido explícito suficientemente. Quem vai a descer pelo caminho paralelo ao curso de água, está instalado um assento novo e é nessa zona, ao lado do rio, que existe uma conduta de saneamento. E essa conduta, penso, foi danificada na última intervenção do Parque, em que alargaram o rio ou o ribeiro a partir dessa zona. O segundo ponto que trago, tem a ver com o reforçar da intervenção do Sr. Luís José, do público, e com o financiamento aos clubes de futebol. Somos todos a favor de financiar os clubes de futebol. Não somos é a favor de que os dirigentes dos clubes de futebol utilizem financiamento público, dinheiro dos contribuintes, para a sua vaidade pessoal, nomeadamente para terem equipas seniores, em que essas equipas seniores, concretamente aqui na Vista Alegre, são apoiadas por claques que, normalmente, acabam a noite no nosso Jardim em cenas tristes de pancadaria.

O que sugerimos é que se financiem os clubes de futebol, mas vamos ter que ter uma contrapartida. Ou seja, o dinheiro dos contribuintes devia promover a formação das classes jovens e não haver, assim, discriminação entre rico e pobre. Sendo grátis, apareceriam mais miúdos a quererem praticar futebol. Assim, retiraríamos os miúdos de casa onde passam o tempo, frequentemente, agarrados aos telemóveis. Obrigado.»

Pedro Martins, PS: (01:43':20")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, se me é permitido, em nome do PS local, agradecer as palavras do Hugo Coelho pela vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas. Não queríamos hoje falar sobre isso, até porque o processo eleitoral não está encerrado... ainda faltam os resultados do ciclo eleitoral da Europa. É um facto... o processo eleitoral ainda não está encerrado. E depois então falaremos. E mais... e o Governo ainda não está formado. Também teremos de perceber que tipo de Governo é que vamos ter e, portanto, ainda estamos muito a tempo de conhecer todas essas variáveis. Mas eu gostava de agradecer as palavras do Hugo Coelho em nome do Partido Socialista porque a vitória do PS, não vale a pena estarmos aqui com sofismos, aos socialistas e ao António Costa. E depois há outro fenómeno, que é o fenómeno do voto útil que funcionou à esquerda. Ora, querer encontrar outros interpretes, outras figuras, qualquer dia... vamos lá ver. Em Lisboa o PSD ganhou ao PS? Carlos Moedas teria impulsionado uma votação massiva no PSD. Pergunto eu, em

Lisboa, Hugo Coelho, o PSD venceu ao PS, com esse élan do Carlos Moedas? Vamos lá ser sérios nestas coisas. Quem ganhou as eleições foi o António Costa e os socialistas. Muito obrigado pelas suas palavras... julguei que estivesse a ironizar.

Recentrando naquilo que interessa. O Sr. Presidente da Câmara, sobre a questão que coloquei em relação aos diretos das reuniões de Câmara, eu já percebi. Eu julguei, e posso estar equivocado, que o Sr. Presidente da Câmara, em público, teria referido que seriam também feitas as transmissões em direto das reuniões da Câmara Municipal. Não sei, posso estar equivocado, mas parece-me que o disse em público, ou que teria essa vontade, essa intenção. Mas é como eu digo. A Assembleia Municipal também não tem que imiscuir-se nessa matéria porque é uma matéria de outro órgão, da Câmara Municipal. De qualquer forma, uma vez que a questão foi aqui referida pelo José Pinto Reis, há uma infinidade de Municípios deste país, que transmitem em direto as reuniões de Câmara. Lisboa transmite. O Porto transmite. Aveiro transmite. Almada transmite. Tantos municípios que transmitem as reuniões de Câmara, que são públicas. As reuniões de Câmara são públicas. Há uma que é privada, mas todas as outras são públicas. Querer comparar as reuniões de uma Câmara Municipal com as reuniões do Conselho de Ministros, que são privadas, ou reuniões dos órgãos de administração de empresas, peço imensa desculpa, mas isso não faz sentido absolutamente nenhum. Por isso é que nós achamos que é oportuno a Câmara transmitir. Mas enfim, o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores saberão melhor o que fazer.

Sr. Presidente, eu também não percebi a resposta que me deu à sugestão aqui deixada para que a Câmara visse, olhasse, para aquela possibilidade daquele terreno, daquela propriedade junto ao cruzamento da Igreja Matriz da Gafanha da Nazaré. Sinceramente, não percebi a sua resposta. Pode-me dizer "ah, eu não vou responder porque isso é matéria de aquisições da Câmara Municipal, é matéria de investimento, é matéria de planeamento, etc.", muito bem. Se não quiser responder, não responde. Mas que não fique a ideia que respondeu sem ter respondido. Se quer responder, responde; se não quer responder, não responda. Eu gostava de saber alguma coisa sobre isso, com franqueza. A minha intenção é boa em saber alguma coisa sobre essa matéria e essa zona na Gafanha da Nazaré. Muito obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (01:48:08")

«O que custa é a arrancar, Sr. Presidente. Nesta segunda volta só gostaria de lembrar que, nomeadamente via Youtube, foram transmitidas reuniões de Câmara do anterior Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo e da própria Assembleia Municipal. Era só isto. Obrigada.»

André Guimarães, PSD: (01:48:52")

«Boa noite. Eu não vinha preparado para falar, mas eu agradeço este tema da questão dos biorresíduos que foi aqui trazido pela bancada do Partido Socialista, na pessoa da Diana e lembrar aqui uma questão. Eu se calhar não percebo tanto sobre gravações de Assembleias Municipais, mas percebo sobre esta questão dos resíduos. E esta questão dos resíduos, com todo o respeito, e já aqui o explanei nesta Assembleia, com todo o respeito pelas EcoEscolas e pelas EcoFreguesias isto não se faz só com sensibilização. Nós temos uma diretiva europeia, de 2018, com o número 851, que diz que todos os países da União Europeia vão ter que ter uma recolha seletiva para biorresíduos. Isto quer dizer o quê? Nós temos o contentor azul para o papel, temos o contentor amarelo para o plástico, temos o contentor verde para o vidro, eu sou daltónico, mas sei também dizer que vamos ter o contentor castanho para os biorresíduos. É uma coisa destas que estamos a falar. A sensibilização é muito importante, sim, mas quando nós tivermos o contentor. O que é que eu vou fazer à casca de banana que eu estou comer, na minha cozinha, num sábado à tarde, e que vivo num apartamento e não tenho um espaço

próprio à saída de casa para deixar a casca da banana? E é isto que se impõe às Câmaras Municipais, hoje, neste tempo, para se prepararem para fazer. Não é só o envolvimento, não é só a sensibilização. É muito importante, mas não chega. E esta pergunta é que eu penso que esta Assembleia quer saber. É, qual é o plano que a Câmara Municipal de Ílhavo tem para implementar um sistema de recolha de biorresíduos. Inclusivamente, muitos dos problemas que o Sr. Presidente levantou relativamente à adesão ao sistema e às horas em que os cidadãos deitam os resíduos no contentor. Bom... posso-lhe dizer também que há muitas tecnologias que podem ser implementadas para monitorizar essa informação. E por aqui me fico. Muito obrigado e um resto de boa noite.»

Hugo Coelho, PSD: (01:51:18")

«Fico contente pelo nosso Presidente da Mesa agora não se ter esquecido de nós. Dar nota ao Dr. Pedro Martins que eu dei os parabéns de forma generalizada e sentida, como é óbvio. Democraticamente dei os parabéns em particular em Ílhavo e ao PS alargado. Nessa circunstância foi um PS alargado a quem dei os parabéns.

Acho que percebeu bem o que é que eu quis dizer.

Não estava a contar com a segunda volta. Não sei se isto se enquadra ou não na atividade. Tem a ver com o Carnaval aqui em Ílhavo. Por aquilo que percebi, vai haver um Carnaval agora e outro no dia 25 de Abril. Fazer o Carnaval no dia 25 de Abril não sei se vai estar ligado com as celebrações do 25 de Abril e juntar o 25 de Abril com o Carnaval. Não sei qual foi a ideia ou se há alguma coisa relacionada com isso. Não sei. Outra questão. No passado havia o envolvimento da própria Câmara Municipal em promover os Cardadores, em promover as Associações nas Freguesias, como "Os Baldas". Envolver também as Escolas, foi feito um trabalho com as escolas para dar a conhecer aquilo que são as tradições do nosso Município e lavá-las a todos os cantos reais do Município. Pergunto se vai haver essa continuidade em promover o Carnaval nas Escolas, envolver as crianças, mostrar a quiló que é a nossa tradição nas Freguesias. Qual é o ponto de situação. E se sempre vai haver um Carnaval no dia 25 de Abril.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:53:39")

«Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para as explicações finais.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:53:45")

«Muito obrigado. Em relação à reação do Sr. Pedro Martins àquilo que pareceu ser a minha não resposta, eu vou mantê-la. Não tenho resposta sobre a situação, até porque não pensei nela. Não tenho a preparação sobre o planeamento como tem, como afirmou, da Rua Francisco Xavier e de toda aquela zona. Há uma obra que está neste momento a decorrer ali e depois pensaremos no restante. Não pensámos ainda sobre isso, nem sei se a casa anda mais para trás, se for nova, ou mais para a frente. Nem vi nada disso, mas o Sr. saberá o que diz pela experiência que tem. Por isso não tenho resposta a dar-lhe sobre isso.

Relativamente ao Sr. André Guimarães, eu vou deixar a minha Vereadora falar um pouco sobre essa situação, já que essas matérias dizem-lhe respeito.

Quanto àquilo que o Sr. Hugo Coelho perguntou em relação ao Carnaval, há uma decisão, juntamente com a equipa ou a Associação que organiza o Carnaval em Vale de Ílhavo, de uma alteração de data pelos motivos que todos nós conhecemos - a pandemia que nos tem vindo a assolar. Já foi tomada essa decisão há muito tempo, em

janeiro, de alterar a data. Sugeriram-nos esse fim-de-semana, com muita controvérsia. Para trás temos a Páscoa, para a frente tínhamos outro problema porque há o 1 de maio e entramos no mês de Maria. Isto é tudo um problema. Há ainda as questões da Quaresma, os quarenta dias antes da Páscoa. Pareceu-nos que seria uma solução. Queira Deus que não chova porque há investimentos feitos e com alguns montantes elevados para a Associação, e que a Câmara irá participar como fez todos os anos. Caberá toda essa execução e planeamento à Associação "Os Baldas", com o apoio logístico da Câmara, dos Escuteiros, dos Bombeiros e de todas as Associações envolvidas. Caberá depois à Associação a resposta que pretende. No entanto, a Câmara teve uma posição favorável sobre a propositura, uma vez que os carros alegóricos já estavam a ser feitos dentro do hangar da Associação e houve, por parte deles, alguma pressão porque os investimentos estavam feitos.

Relativamente aos Cardadores. Eu tenho uma relação muito grande com os Cardadores e sabemos perfeitamente e estava tudo preparado para eles estarem só no dia 24. Eles têm o ritual deles que está a ser cumprido escrupulosamente e querem propor as saídas deles. Com gente ou sem gente querem na mesma vir para a rua e é isso que vai acontecer. Sai em Vale de Ílhavo nos próximos dias.

Aconselho a todos, vivamente, que possam presenciar porque são momentos engraçados, são trajes e são vestes engraçados. Mas também são momentos, nomeadamente, na terça-feira, a "carroça". Para muitos há-de ser dia de trabalho. Aqui na Câmara iremos dar tolerância de ponto, não com esse objetivo, é evidente, mas por uma decisão conjunta dos municípios da CIRA. Esta é a situação em que estamos envolvidos.»

Vereadora, Mariana Ramos: (01:57:10")

«Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, ao público. Relativamente aos biorresíduos é uma área na qual eu me sinto completamente à vontade, tendo em conta a minha formação académica de base e não só... a vivência de toda uma vida relacionada com a utilização da matéria orgânica e tudo aquilo que é a reutilização e o ciclo dos nutrientes, e aquilo que podemos fazer no futuro em relação ao aproveitamento destes resíduos domésticos. O que acontece, neste momento, é que, quando nós chegámos à Câmara Municipal existia um estudo realizado pela CIRA no que concerne à matéria dos biorresíduos e que incluía também um estudo, um diagnóstico, pormenorizado relativo ao Município de Ílhavo. Fora isso, não existia qualquer tipo de trabalho, de planeamento nesta área. Significa que, atualmente, a equipa reduzida - porque, como devem saber, a equipa do Ambiente está reduzida a um técnico - tem estado a trabalhar, juntamente comigo, nos vários cenários possíveis para a abordagem dos biorresíduos. Como deve calcular, referiu, muito bem, o caso dos habitantes em tipologia de apartamento. Se nós pensarmos como, hoje em dia, as cozinhas são desenhadas não pressupõe qualquer tipo de depósito para pensarmos neste tipo de separação. É muito importante que todo o trabalho que seja feito, agora, não seja feito de uma forma muito experimental. Que seja algo que parta já para a execução, para a materialização, de uma forma muito consciente das várias realidades que nós temos, porque também temos muitas moradias unifamiliares e também podemos explorar as potencialidades da compostagem. Há várias soluções, em cima da mesa, que estão a ser estudadas.

É engraçado que eu tenho pensado, relativamente a esta matéria da reciclagem, da separação dos resíduos, dos resíduos sólidos, da matéria para reciclagem, que há muita gente que reciclou no passado e que hoje não o faz pela questão do design em que a sua cozinha foi preparada. Eu já tive contacto com várias pessoas com esta problemática, porque, depois, fica com um canto da cozinha atolado de lixo. É muito mais confortável colocar tudo no mesmo recipiente. Nós temos que trabalhar a

sensibilização em simultâneo à materialização. Temos que o fazer. Mas a comunicação vai ter que ser muito incisiva, muito eficaz. Há, aqui, muita matéria para fragmentar do ponto de vista da informação que, como a Diana referiu, e muito bem, já que as pessoas não se sentem muito esclarecidas a este nível. Nós temos que preparar esse caminho da comunicação, chegar perto das pessoas e explicar, exatamente, o que é que está em causa. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:01':22")

«Muito obrigado, Sra. Vereadora. Relativamente à posição da Assembleia Municipal relativamente à situação internacional, a Mesa propõe construir um texto que depois irá fazer chegar aos líderes de cada Grupo para chegarmos a um texto final e assim ser endereçado à Embaixada da Ucrânia.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (02:02':09")

«Sr. Presidente. Uma interpelação à Mesa ao abrigo do artigo 53.º sobre o nosso artigo 34.º que tem a ver com a Ordem do Dia. Muito simples, Sr. Presidente. Agradecemos termos sido, há 15 dias, convocados para esta Assembleia. Na segunda-feira passada recebemos a Ordem de Trabalhos, juntamente com os documentos anexos e cumprimos, escrupulosamente tudo o que está no nosso Regimento. Sobre isto nada tenho a referir. A única coisa que eu queria, e escrevi esta palavra em destaque, era apelar ao Sr. Presidente e à restante Mesa que os documentos que juntaram à nossa Ordem de Trabalhos eram 381 páginas. Eu lamento ter de trabalhar, como quase todos nós aqui, mas ler 381 páginas e vir aqui discutir alguns temas é a razão para eu apelar, novamente. É esta a palavra, apelava à Mesa. Até porque o Regimento permite fazer, há 15 dias, a Ordem de Trabalhos e enviar os documentos que já estão preparados, inclusive as Atas que são 93 páginas, estavam assinadas ao meio-dia de sexta-feira e podiam ter sido remetidas e até segunda-feira acrescentar os pontos a incluir. Peço desculpa pela interpelação, mas era só isto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:03':26")

«Muito bem. A Mesa terá em conta, de forma agilizar o envio da documentação o mais breve possível.»

Foi proposto, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a interrupção dos trabalhos por 10 minutos, para um ligeiro intervalo. (01:56':47")
Retomados os trabalhos ao fim de 10 minutos de pausa.

Período da “Ordem do Dia”

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:03':35")

«Vamos então entrar no período da Ordem do Dia, desta Sessão Ordinária de Fevereiro. Tal como solicitei no início, antes de entrarmos, definitivamente, na Ordem do Dia, permitam-me dar nota à Assembleia do expediente que tem sido remetido neste período de intervalo entre a última Assembleia e a presente Sessão. Importa referir que o expediente pode, e deve, se assim o entenderem, ser consultado junto do nosso Núcleo de Apoio à Assembleia:

- Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, da Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga;

- Vários pareceres, ações de formação e outras informações do Centro de Valorização do Eleito Local, da ANAM, que, entretanto, foram remetidas para conhecimento dos Membros desta Assembleia Municipal;

- O Mapa do Seguro de Autarca que nos foi remetido pela Câmara Municipal e que também já foi comunicado aos Membros da Assembleia Municipal;

- O interessante e pormenorizado Relatório Anual das Atividades e da respetiva Avaliação da CPCJ de Ílhavo, referente ao ano de 2021, e que está disponível para consulta, se alguém o entender fazer;

- E, por último, propositadamente para dar seguimento a esta reunião, um Ofício da ANAM a agradecer a minha presença, em representação desta Assembleia Municipal e do Município de Ílhavo, como entidade observadora no III Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais, que se realizou, no dia 12 de fevereiro, na Covilhã. Agradecendo, desde já, a colaboração do Sr. Presidente da Câmara Municipal no apoio à participação e deslocação.»

Ponto 1. Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 18OUT21 a 08DEZ21.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:05'12")

«Vamos então ao Ponto 1 da Ordem do Dia.

É com esta última referência que apresento à Assembleia Municipal o Ponto UM da ordem do Dia, "Aprovação da Inscrição da Assembleia Municipal de Ílhavo na Associação Nacional de Assembleias Municipais - ANAM.

E, agora sim, vou tirar a máscara para ser mais fácil e mais confortável.

Permitam-me apresentar esta proposta de adesão à ANAM de forma a complementar a informação e os considerandos que integram o documento que foi presente a reunião de Câmara e que vos foi disponibilizado.

Em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento, numa primeira instância, ao Sr. Presidente da Câmara pela disponibilidade demonstrada, desde o primeiro momento, na aceitação desta proposta, e, igualmente, ao Executivo e aos Srs. Vereadores que a aprovaram, por unanimidade, na respetiva reunião de Câmara. Este foi um passo importante, aliás, requisito necessário para podermos consolidar o processo de adesão. Enquanto Presidente desta Assembleia, e em nome pessoal... Muito Obrigado.

Não poderia haver melhor timing para a apresentação desta proposta de adesão à ANAM quando são, por demais, conhecidos exigentes desafios que são colocados, já hoje, e num futuro muito próximo, ao Poder Local e à sua missão de proximidade com as comunidades e as populações que serve.

No topo da lista, são evidentes os desafios atuais da Descentralização de Competências, os impactos de uma pandemia que atravessou, transversalmente, durante 2 anos, toda a sociedade; a anunciada, em vários momentos da agenda política nacional (recente Congresso da ANMP, em Aveiro – vários momentos políticos – e, ainda, como tema do III Congresso da ANAM, sublinhado pela posição expressa do Secretário-Geral Adjunto do PS, José Luís Carneiro), retoma da discussão do processo de Regionalização; ou, eventualmente, uma reforma mais profunda da Lei Eleitoral – seja a Nacional, seja a Autárquica - face aos recentes acontecimentos com a votação do círculo eleitoral da Europa nas últimas legislativas.

Cabe-me informar a Assembleia que, pela primeira vez na história do Poder Local em Ílhavo, o Município, através do Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, esteve

representado num Congresso da ANAM, na qualidade de Observador. Aconteceu, no passado sábado, na Covilhã, no III Congresso da ANAM.

A valorização das Assembleias Municipais, a Descentralização e a Regionalização, e a consequente Governação Multinível, foram os temas em discussão.

A Governação Multinível, na qual os vários níveis do Estado - desde o local ao nacional - trabalham em conjunto, necessita de uma discussão mais profunda, num momento em que é prevista a passagem obrigatória para os municípios de competências em áreas como a Saúde, a Educação, a Habitação e a Ação Social, seguindo-se esse caminho já alvitrado pelo Presidente da República para a discussão sobre a Regionalização, dentro de 2 anos.

Vivemos uma conjuntura ímpar, assim como o início de um ciclo político singular, no qual os Órgãos da ANAM que foram, nesse sábado, eleitos, vão ter a oportunidade de coincidir no tempo com o mandato da Presidência da República, das Autarquias, e agora com a nova legislatura e um novo Governo. Alguns dos desafios que Portugal tem pela frente são necessariamente de forte impacto e de consequências virtuosas na vida de todos nós e dos territórios, e claro que as assembleias municipais não poderão deixar de estar associadas.

A proposta que se apresenta para apreciação e votação, representa um importante passo na consolidação da democracia em Ílhavo e do fortalecimento do Poder Local no nosso Município, bem como no reforço do papel da Assembleia Municipal, não só enquanto fiscalizador da governação municipal, mas, principalmente, enquanto papel dinamizador do desenvolvimento do nosso território e da melhoria do bem-estar dos nossos concidadãos.

Não se trata de dividir. Não se trata de individualizar. Não se trata de percorrer caminhos e objetivos diversos e dispersos. Antes pelo contrário.

Trata-se de complementar. Trata-se de congregar esforços. Trata-se de uma relação estreita com o Executivo na promoção e desenvolvimento da Democracia e do Poder Local, com as especificidades e diferenças democráticas que resultam das respetivas funções.

E trata-se também, com toda a frontalidade e com toda a transparência, de encontrarmos, junto dos pares, junto da convergência do trabalho e dos desejos das 308 Assembleias Municipais, forma de promover, valorizar e reformular o papel e a missão da Assembleia Municipal, assente na responsabilidade da representatividade democrática, política e, mesmo no espaço independente, partidária, concedida, a cada um de nós, pela opção livre dos nossos Municípios, através do seu voto.

Para concluir, contextualizar que a ANAM, Associação Nacional das Assembleias Municipais, teve a sua origem em 2016, tendo realizado o seu primeiro congresso em 2018, em Mafra, e o segundo em 2020 em Braga, contando, hoje, com quase 190 municípios associados, o que espelha a importância deste organismo, com este nível de crescimento em tão pouco tempo (4 anos). Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:10':40")

«Dada a característica do Ponto em discussão, sendo este da responsabilidade da Mesa da Assembleia, acho que bastará apenas um ronda de intervenções, dado que não há, neste caso, a habitual confrontação com o Executivo.

Assim, abrimos o momento de inscrições para a discussão deste primeiro ponto.»

José Pinto Reis, UPF: (02:11':27")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Questiono-me sobre a razão pela qual o Município ainda não tinha aderido a esta Associação nos anos anteriores e porque é que na nossa região apenas os Municípios de Águeda e Cantanhede estão presentes. Gostaria

mesmo, sinceramente, que as pessoas mais experientes nesta sala me pudessem esclarecer.

Reconheço que o associativismo municipal, tem muitos méritos, tem todos os méritos. Contudo, acho que se devem distinguir aquilo que são os órgãos executivos e os órgãos deliberativos. O Presidente da Câmara e o Presidente da Junta são, em si próprios, um órgão. São eles eleitos pelo cidadão. O mais votado é o Presidente da Câmara. O mais votado é o Presidente da Junta. O mais votado na Assembleia Municipal não é o Presidente da Assembleia Municipal. Muitas vezes é, na maior parte das vezes será, mas não será sempre. E isto leva-nos a pensar se não suscetíveis de melhorar os estatutos da ANAM, os quais impõem os únicos representantes e os representantes são os Presidentes de qualquer Assembleia Municipal. O que para nós não garante a diversidade de opiniões que uma Assembleia Municipal tem. Achamos que participando e aderindo à Associação, à ANAM, deveremos avançar nesse sentido. Que a representatividade das Assembleias Municipais seja plural e não imposta pelos estatutos da ANAM. Nós até podíamos decidir que seria outra pessoa a mais indicada para nos representar e não a Associação que impõe.

E quero pedir desculpa, Sr. Presidente, por ter perdido uma oportunidade destas. Esta é das poucas situações em que nós podemos trabalhar em conjunto. O Sr. Presidente podia ter ido ao Congresso com o apoio de todos nós. Não era necessário marcar uma Assembleia, bastava que convocasse uma Conferência de Líderes, que trocássemos umas opiniões, que promovêssemos o diálogo tantas vezes exigido para que fosse melhor apoiado, com mais legitimidade - que a tem toda. Mas penso que foi uma oportunidade perdida de trabalharmos em conjunto na melhoria da nossa participação, porque é isso que eu espero. Fazendo parte da Associação, tente, connosco, antes de se fazer representar nessas reuniões, coordene connosco, fale connosco, aborde os temas que irá abordar lá. Não é obrigado, não há nada que o obrigue, mas acho que ficaria bem e seria uma utilização correta do seu tempo e do nosso tempo. Muito obrigado.»

António Flor Agostinho, PSD: (02:15:27")

«Eu vinha aqui só para agradecer a oportunidade do Sr. Presidente da Assembleia em ter promovido todo este processo, que não é fácil, e passarmos a participar no grupo dos 60% dos Municípios que já têm a sua representatividade nesta Associação. Estou crente que uma futura revisão da Constituição, estou crente que uma futura revisão da lei eleitoral local, certamente vai ter em atenção muitas das informações que vai recolhendo junto desta Associação.

Da experiência que temos, consideramos que o poder fiscalizador das Assembleias Municipais é muito limitado, é muito reduzido. Há muitas questões que nós só temos conhecimento delas na hora das reuniões. Acho que este papel de fiscalização tem que ser maior. Acho que o papel da nossa participação e de dialogarmos diretamente com os Municípios tem que ser muito mais relevante. Acho que a nossa relação diária, constante e permanente deve ser maior. Para isso, temos que ter alguns apoios, devemos ter algumas conceções, devemos ter algumas, não digo regalias, mas, pelo menos, algumas exceções para podermos exercer essa atividade, não a tempo inteiro, como é óbvio, mas com alguma regularidade.

Acho que a juventude que aí está presente, muito mais jovem do que eu, vai reclamar este poder e, certamente, vai contribuir para que, aquilo que os mais velhos iniciaram, que foi criar o Poder Local, que foi dar força ao Poder Local, e que foi estabilizar o Poder Local, vão ter a oportunidade de criar outro tipo de ambiência, outro tipo de relacionamento com os Municípios. Acho que é fundamental que esta Associação nos traga resultados das suas reuniões.

Desde já, deixo aqui o desafio ao Sr. Presidente, que vai estar presente nestas reuniões, que, por favor, nos traga as informações do que lá é resolvido ou do que lá é discutido. Porque isso é que é importante para nós, que é para sabermos até que ponto podemos ir e o que é que vai resultar de toda esta dinâmica que está a ser implementada.

Todos já sabemos que o Poder Local construiu-se por ele próprio. Eu estou numa casa em que se costuma dizer que os Reitores têm um Conselho de Reitores e que não têm a capacidade de construção, de criação, de crescimento que teve o Poder Local. E, infelizmente, têm o mesmo poder, têm a mesma liberdade financeira, social, administrativa, mas o Poder Local teve muita força porque teve Autarcas que se impuseram e que determinaram que hoje fosse possível estas reuniões e esta discussão, que outras instituições e outros órgãos não tiveram porque, a determinada altura do processo, cederam. E o Poder Local nunca cedeu e eu sempre lutei pela independência do Poder Local e os governos. Nós não temos que nos subjuar aos governos. Nós somos autónomos e independentes. Por isso temos que zelar pela independência das Assembleias Municipais. Ao reforçarmos o poder das Assembleias Municipais, estamos a reforçar o nosso poder autárquico. Tenho dito.»

Margarida Alves, PSD: (02:19:09")

«Em primeiro lugar, quero dar os parabéns pela unanimidade da Vereação da Câmara Municipal em aprovar os 1.450 euros de quota anual. De facto, não há-de ser por esses 1.450 euros que os cidadãos do Concelho de Ílhavo se vão preocupar. Mas sim as ideias que podem sair daqui. Aquilo que me preocupa, caro Presidente, é nós falarmos de regionalização sem fazermos uma revisão Constitucional. Porque a partir do momento em que se fala de regionalização há uma garantia que a Constituição permite e que é o referendo. Sem referendo não há regionalização. Ou seja, o desafio do Partido Social Democrata nas legislativas, e uma das nossas bandeiras, era a revisão Constitucional, onde, nomeadamente, no nosso programa estava previsto que o Poder Local, com a descentralização, as Assembleias Municipais deviam ser munidas de poderes diferentes daqueles que têm, concretamente de apoio àquilo que advém para os Executivos Camarários e o regime fiscalizador. Tomara Portugal ter 308 municípios em que todos tivessem a Assembleia Municipal como é Lisboa, que até cada bancada eleita tem assessores, tem juristas, tem etc., etc., etc.. Não era comportável, naturalmente. Da mesma forma que teríamos que fazer um reordenamento e sermos arriscados no fundamento de existirem Assembleias de Freguesia. E porque é que as Juntas de Freguesia não vêm aqui à Assembleia prestar contas? Da mesma forma que o Executivo faz. Era alargar o âmbito das Assembleias Municipais.

São estas ideias que Ílhavo pode arriscar, porque sem risco não há política, já dizia Francisco Sá Carneiro. Não há política sem risco, sem ambição. Sem ter vontade de chegar ali e dizer que queremos fazer diferente. São 47 anos e evoluímos isto. Nós queremos evoluir 'x' + 'y' e 'z'. Peço desculpa, mas, de facto, são estas ideias e estando na Autarquia há 20 anos e uns meses noto que a evolução foi diminuta. E o Poder Local é o mais perto das pessoas.

Se eles vão delegar, nos Municípios, com a descentralização, as competências, nós temos que saber qual é o valor do cheque, porque, se não, não é passível de gerir. As Assembleias Municipais também têm que ter outro tipo de competências. A Associação - eu dou os parabéns - que haja muitos congressos e que o nosso Presidente, consultando ou não consultando os líderes de bancada - nós teremos muito tempo para debater estes assuntos em sessões ordinárias e, se necessário for, o Presidente da Mesa fará sessões extraordinárias, porque tem poderes para o fazer, e debatermos estes assuntos. E debatermos todos, não só os líderes de bancada. Debatermos todos, porque, se calhar, nenhum líder de bancada se lembrou do que eu disse que a Regionalização implica um referendo, atualmente. Se queremos alterar, temos que fazer

uma revisão Constitucional. Felizmente o PS e o PSD fazem os dois terços necessários. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:23:04")

«Respondendo ao José Pinto Reis, lembrá-lo que eu representei a Assembleia Municipal no III Congresso da ANAM como observador, porque só hoje é que vamos aprovar a inscrição. Com certeza que de futuro terei esse cuidado de chamar os diversos líderes e criar um grupo de trabalho.

E também dizer aqui só uma pequena particularidade e para o público saber. É que os Presidentes de Câmara têm lugar por inerência na ANMP. O Presidente da Assembleia Municipal tem que levar á Câmara, tem que pedir à Câmara autorização para formalizar a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais.

Portanto, há um caminho ainda muito grande a percorrer e com certeza que o iremos fazer juntos.

Muito bem... Vamos então proceder agora à Aprovação do Ponto 1 da Ordem do Dia, "Aprovação da Inscrição da Assembleia Municipal de Ílhavo na Associação Nacional de Assembleias Municipais - ANAM".

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A Adesão da Assembleia Municipal de Ílhavo à Associação Nacional das Assembleias Municipais foi aprovada por Unanimidade.

Há alguma declaração de voto?

Acho que merecemos, a nós próprios, Assembleia e Executivo, e, principalmente, o Município de Ílhavo, uma salva de palmas por este momento relevante na vida Autárquica local.» [palmas]

Foi proposto, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a interrupção dos trabalhos por 10 minutos, para um ligeiro intervalo. (02:25:01")

Retomados os trabalhos ao fim de 10 minutos de pausa.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:00")

«Espero que tenham desfrutado do intervalo, mas vamos avançar para o Ponto 2 da Ordem do Dia: "Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 19 de dezembro de 2021 e o dia 31 de janeiro de 2022". Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.».

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:31")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. O documento sofreu grandes alterações em relação, não direi habituais, mas em relação ao primeiro documento que tínhamos apresentado na primeira Assembleia. Achamos que este documento dá resposta àquilo que é a atividade e à situação financeira, que é um dos pressupostos que a lei nos diz sobre a questão da apresentação da Atividade Municipal. Penso que está aqui enquadrada toda a atividade e a atividade financeira. Estou disponível para esclarecimentos adicionais ou sugestões de melhorias que ainda possam surgir ou correções ao documento. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04':17")

«Muito obrigado. Abria agora o momento de inscrições.»

Diana Gandarinho, PS: (05':07")

«Da análise do documento, entendeu-se que a ação ambiental, sendo um pilar das políticas deste Executivo, tinha uma apresentação limitada, pobre. Entende-se também que a limitação da equipa tem influência na ação e, por isso, não me vou alongar muito na crítica. Mas peço, no entanto, os esclarecimentos para algumas questões, se for possível.

Não encontrei referência à estratégia dos oleões e dos ecopontos que explicaram há momentos. Os aumentos dos custos na rubrica de proteção do meio ambiente e conservação da natureza, gostava de entendê-los um bocadinho melhor, se possível. Se a ação da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação relativa à erva das pampas está inserida num plano municipal, como deveria ser numa situação ideal. E se a intervenção, a ser preparada na Colónia Agrícola, considera o controlo de invasoras como as variedades das acácias. É tudo. Obrigado.»

Modesto Santos, PS: (06':27")

«Boa noite a todos. À Mesa, ao Executivo, aos caros colegas e ao público. Aos jornalistas.

A minha participação talvez pudesse ter sido feita no Período de Antes da Ordem do Dia, mas penso que também se poderá integrar neste ponto, na questão rodoviária.

Durante o tempo em que decorreu a ação que é descrita neste ponto, os muros junto ao Parque de Campismo da Gafanha da Nazaré foram derrubados. Um, do lado do parque de campismo e que ainda não está restaurado e outro do lado de um particular, do lado oposto, e que já está restaurado à espera de alguém que o volte a pôr abaixo. É um sítio onde tem havido acidentes com alguma frequência. As pessoas vêm com mais velocidade, quer dum lado, quer do outro e não veem os STOP. É um ponto viário que mereceria algum cuidado, acho eu. E atendendo que serve de ligação entre o Campo Desportivo Gafanha à Autoestrada seria de pensar num acesso capaz para autocarros que possam transportar as equipas que venham a utilizar aquele campo. Talvez tendo uma rotunda naquele ponto. Tem uma rotunda mesmo à frente da área técnica do Campo do Desportivo, e tem, também ali, o Parque de Campismo, e podia-se pensar numa de maior dimensão e dignificar esse acesso, por ser acesso a essas duas estruturas. Era esta achega que gostaria de deixar.»

Raquel São Marcos, UPF: (08':43")

«Boa noite. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Sr. Presidente, Srs e Sras Vereadores, caros colegas da Assembleia, público aqui presente na galeria.

Em nome do Grupo UPF vamos tecer, de facto, alguns comentários e colocar algumas questões ao Executivo.

Podemos, desde logo, dizer que, relativamente ao documento e sua natureza, podemos destacar a forma bem conseguida como está estruturado, sendo de fácil leitura, dando destaque àquilo que serão os pontos mais pertinentes da atividade camarária, sobretudo naquilo que é a articulação com o orçamento.

Parece-nos, aliás, de toda a pertinência aparecer logo, no momento inicial do documento, não só a referência à atividade do Sr. Presidente, mas também dos diferentes Vereadores nos diferentes pelouros, sem poder ser exaustivo de mais.

É um documento que nos tenta mostrar de forma, acreditamos nós transparente, as áreas dos diferentes pelouros, como eu dizia, sem ser demasiado exaustivo, nem omisso, também em demasia, tendo em conta o cariz do documento.

Pensamos ainda que demonstra a capacidade de trabalho demonstrada pelo Executivo, nomeadamente nas múltiplas reuniões que nos dão conta, em participações agendadas, de forma a inteirarem-se, de uma maneira consciente, daquilo que são os assuntos de foro local e regional.

Valorizamos ainda a ideia apoiada desde sempre pelo nosso Grupo Unir Para Fazer que as pessoas estão no centro das nossas preocupações e governança. Compreendemos isso ao analisarmos o documento, por exemplo, na importância que o Executivo deu a esta dimensão, nomeadamente ao mostrar-nos que foi capaz de ouvir as pessoas, de atender, de escutar os Municípios e, também, ao procurar sinergias com diferentes entidades e instituições, empresas, em múltiplos encontros e reuniões, mostrando esta atitude de abertura aos ilhavenses.

Uma das ideias do Grupo UPF, desde o início, era a aposta na sustentabilidade ambiental que já falámos várias vezes nesta noite. Gostaríamos, aqui, de destacar alguns dos elementos nesta questão. Nomeadamente, aquilo que se prende com aquilo que temos ouvido, nos últimos dias, com a implicação das secas a nível nacional. E queremos perguntar ao Executivo se existe alguma postura equacionada, neste caso, nomeadamente em termos das regas de determinados espaços exteriores. No fundo, com que decisões é que os municípios ilhavenses podem contar para fazer face a este flagelo que vivemos atualmente. Por outro lado, também nos preocupa a manutenção dos espaços do Concelho. Por isso, como é que isto está ser e se está a ser equacionado.

Quanto a uma outra área em particular, a da Educação, perguntávamos, de novo, relativamente ao próximo ano letivo - já tínhamos trazido isto aqui. Se já pensaram naquilo que vai ser também a articulação com o que aconteceu até à data e com o que vai acontecer a seguir. Se já há a identificação de algumas linhas orientadoras mais fundamentadas quanto à implicação, no próximo ano letivo, de algumas medidas do foro educativo. Compreendemos, por exemplo, que aparece a referência à equipa multidisciplinar de apoio à comunidade educativa em três apontamentos da Atividade Municipal: Programa Mente Saudável, 2 P - Prevenção Positiva, e uma atividade de Natal. Numa das Assembleias anteriores eu tinha questionado o Executivo sobre a manutenção, a continuação ou não desta equipa. Depreendemos, pela Atividade, que, até agora, está a funcionar. Mas, no fundo, o que é que equaciona quanto ao futuro? Há orçamento, não há? O que é que está pensado?

Ainda na educação. Quanto aos equipamentos, percebemos o esforço que tem vindo a ser feito na reabilitação permanente das Escolas do Município, com obras de reparação e manutenção de anomalias, execução de diferentes melhorias. Apesar de estarmos cientes das necessidades de investimento mais alargado em alguns dos estabelecimentos, como já foi identificado anteriormente. Sabemos que para concorrer a determinadas fontes de financiamento é necessário termos projetos em avançada fase de preparação. Tivemos informação do anterior Executivo, aliás, em contacto direto em alguns órgãos, como, por exemplo, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, que existiria um projeto em andamento em relação à Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes. Gostávamos de saber, de facto, se este projeto está terminado, se está, ou não, passível de candidatura a um qualquer financiamento que apareça.

Ainda na área da reabilitação, consideramos de relevo a atenção que foi dada a determinados edifícios municipais. A programação que aparece quanto, por exemplo, a cobertura de valências. Perguntávamos, também, se a esta data há alguma ideia de candidaturas a programas nestas áreas.

Num outro domínio, completamente diferente, e que tem a ver com a atratividade do Município, mais concretamente com a campanha relacionada com o Comércio Local. Ao analisarmos o documento, vimos, por exemplo, que a campanha “Compre o que está mais à mão. Opte pelo comércio do nosso Município!”, que ocorreu entre março e dezembro de 2021, pretendeu incentivar e promover o comércio local. E estava dotada uma verba, um investimento do orçamento municipal de cerca de 100 mil euros. Dos estabelecimentos comerciais, cujas as candidaturas foram aprovadas, das 14 apenas 9 apresentaram pedidos para reembolso o que levou, num total, à análise e ao pagamento de 55 requerimentos, no valor de 7.637,55 euros. Um valor completamente diferente da verba inicialmente equacionada que era de 100 mil.

Perguntamos: será que o Executivo já equacionou outras hipóteses de dinamização do comércio local? Porque parece-nos que esta iniciativa teve pouco impacto. Será que existe, de facto, aqui, outra possibilidade?

E ainda na atratividade do Município, e estou a terminar, mas agora nas atividades económicas, compreendemos, pelo documento, que têm existido muitos pedidos de licenciamento. Consegue, a Câmara, dar resposta a tudo isto em tempo útil, tendo em conta todos os recursos humanos que tem? Pode haver alguma abertura para desvendar algo mais sobre estas questões das possíveis futuras atividades económicas no Município? Obrigada.»

Margarida Alves, PSD: (15:41”)

«Ao receber o documento, que recebi por substituição, fiquei um bocado incrédula porque eu espero que o próximo não tenha tanta repetição na Atividade do sr. Presidente da Câmara e dos respetivos Vereadores, nomeadamente, na mesma página onde nós vemos que há entrega de Bolsas do Ensino Superior, na mesma página, por duas vezes. Onde existe outra repetição, a não ser que a Gafanha da Encarnação tenha festejado, por duas vezes, o 17.º aniversário. Há que ter o cuidado quando se apresenta este documento, ainda mais quando está no sítio da Câmara Municipal, no órgão Assembleia Municipal, porque é um documento de um organismo que tem que ter cuidado, que é uma câmara municipal, é o seu Executivo. Por muita formação académica que tenhamos, se não soubermos escrever português e delinear a comunicação aos Municípios eles detetam aquilo que eu também detetei em poucos minutos, na leitura das primeiras páginas do documento, e que me choca um bocado porque se fosse para uma tese de doutoramento ou a entrega de uma monografia com certeza que veriam isso com mais cuidado. Existem gabinetes próprios, como a gente sabe, que podem ajudar os Executivos Camarários a retificar esta situação.

Eu não preciso de páginas cheias de atividades, ainda para mais com atividades repetidas. Acho que não é honroso para o órgão, nem é honroso para o munícipe que se apercebe que isto está no documento e publicitado no site da Câmara Municipal.

Apraz-me, naturalmente, verificar que - e temos que nos orgulhar do passado para vivermos o presente - o Executivo anterior, numa época natalícia, não se esqueceu dos seus. O nosso Município aproximou-se dos mais necessitados, nomeadamente dos idosos, na altura do Natal para que não se sentissem sozinhos. O COVID não apareceu só em 2021, apareceu em 20, e o Executivo anterior - está ali a Vereadora Fátima Teles, que não me pagou nada, nem eu sou advogada de defesa dela para isto - mas, de facto, isto foi pensado com o gabinete e com os trabalhadores ou funcionários da Câmara Municipal. E apraz-me verificar que, em 100 dias deste Executivo, que mantiveram esse acolhimento aos necessitados e carenciados, nomeadamente no que toca à família.

Aqui, gostaria de ver mais especificado - porque foi um tema que ocupou muito o Sr. Presidente da Câmara - o tema da proteção civil, do apoio e do diagnóstico dos infetados da COVID porque nós estivemos em risco muito elevado, estivemos mesmo no topo do vermelho, ultrapassando concelhos como Aveiro, e esses números nunca estiveram

presentes ou atualizados, nem no site da Câmara Municipal, como eram, antigamente, apresentados, nem está aqui no relatório da Atividade. Teria sido importante, com tantos gráficos aqui, vermos também um gráfico temporal com quantos foram infetados, quantos foram recuperados. Nem que fosse para relevar e dignificar e, até, de alguma forma, confortar o esforço que os médicos e os enfermeiros e os assistentes de saúde tiveram para que os cidadãos do Concelho de Ílhavo fossem acompanhados, nomeadamente com a linha de Saúde 24. Naturalmente não sou advogada de ninguém, a minha área de formação é gestão, não é advocacia.

Do documento - como é que eu hei-de dizer isto de forma simpática, mas é a realidade dos factos - verificar que na Atividade aparece uma coisa da qual eu fui vítima, ou melhor, não fui vítima porque eu claudiquei, que são as contraordenações por estacionamento. Foi numa hora do almoço, numa zona da Gafanha da Nazaré onde existe muito movimento, estacionei mal o meu carro, de forma indevida. Por acaso eu não concordo que numa via de sentido único não haja um estacionamento de acesso a vários serviços, apesar de estar lá um parque de estacionamento que é vedado, logo na primeira entrada - que foi uma guerra que eu tive, guerra no bom sentido da palavra, naturalmente, com o Presidente da Câmara cessante... a Travessa de S. Pedro não devia ter sentido proibido, mas sim acesso ao parque de estacionamento para quem vem da Rua Mestre Mónica, mas não houve essa visão. Fica aqui a sugestão para o Sr. Presidente da Câmara avaliar se é viável fazer isso.

Vamos, obviamente, às obras públicas e empreitadas municipais. Todas as obras que aqui estão são do Executivo anterior. Não seria possível, em 100 dias, fazer tanta requalificação na área da construção. O Bairro dos Pescadores; o corredor ciclável no âmbito do PASMUS, na Gafanha da Nazaré; a requalificação do Navio Santo André e que foi debatido nesta Assembleia Municipal e foi aprovada a mesma obra, que é de uma dimensão económica pesada para o Executivo, e assumimos isso (e mesmo assim conseguimos baixar a dívida); a requalificação do Bebedouro, na Gafanha da Nazaré; a construção das águas residuais e pluviais, na Gafanha da Encarnação, por força da obra de saneamento que está a decorrer. Esta atividade mostra que, pelo menos, houve a preocupação de não haver desculpas para parar as obras do Executivo anterior e acho que nisso, temos que o dizer, "ainda bem" porque outros poderiam penar em travar as obras e diziam que no anterior estava tudo errado e tentavam emendar.

Sr. Presidente, desta minha sugestão, não sei o que é que pensa ou o que não pensa. Poderá até verificar, no acesso aos parques de estacionamento, não é só a questão da iluminação - e também foi o Executivo anterior que começou a instalar os LED na iluminação pública e foi tão criticado porque não se via nada e, afinal, de um momento para o outro já se consegue ver. Apraz-me ver outra coisa que é tão importante para os cidadãos que é o cadastro simplificado, um gabinete que está na Câmara Municipal e que iniciou no dia 1 de setembro, apraz-me ver que está aqui a data de 1 de setembro. Devemos orgulhar-nos do passado para que o presente seja possível. Muito obrigado.»

André Guimarães, PSD: (23':54")

«Eu, obviamente, secundando tudo aquilo que a Margarida referiu relativamente à organização deste documento, gostaria de frisar que não estou muito mal com o facto de termos números. Não estou muito mal com o facto de termos aqui valores indicativos de uma base quantitativa para perceber aquilo que foi a performance deste Executivo e desta Autarquia na persecução da atividade municipal.

E é sobre números que eu venho aqui falar, especificamente sobre os números que estão explanados nas páginas 22 e 23 do relatório, em particular na questão da responsabilidade social, serviço de apoio à formação e emprego / gabinete de inserção profissional. Gostando ainda de fazer um breve parenteses para explicar a diferença das duas nomenclaturas, porque, de facto, um gabinete de inserção profissional, que eu

vou passar a chamar por GIP, é uma figura do Instituto de Emprego e Formação Profissional que permite o quê? Acaba por ser um contrato com associações locais ou a entidades que têm um apego local, como é uma Junta de Freguesia ou, até, eventualmente, uma Câmara Municipal. Portanto, é um serviço desconcentrado do IEFP a nível local. Isto em termos práticos o que é que significa? Significa que eu, se estiver desempregado ou se estiver empregado, mas precisar dos serviços do Centro de Emprego, em vez de ir ao Centro de Emprego de Aveiro posso ir ao meu Município ou à minha Junta de Freguesia e tenho lá um atendimento que me permite obter os mesmos serviços, e se calhar uns serviços até melhores, na medida em que são serviços mais próximos, mais adequados àquilo que é a necessidade e a realidade laboral dos territórios. Acontece que esta figura veio depois do SAFE, do serviço de apoio ao emprego e formação. Portanto, nós já temos um SAFE há mais tempo do que existem GIP. A Câmara Municipal de Ílhavo, nos seus vários anos de mandatos anteriores, conseguiu instituir este serviço ainda antes do próprio IEFP o instituir. Nós temos, aqui, hoje, nesta página 22, a junção dos dois serviços, o que me parece bem porque, realmente, juntam-se os dois. E feito aqui este parenteses, eu gostava de salientar aqui que temos vários números sobre a performance de um gabinete de inserção profissional. Vários números que eu, inclusive, sei que avaliam a performance desse próprio gabinete e que estão na base da recontratualização do serviço ao fim de um determinado período de tempo. Nomeadamente, a questão do envio dos boletins das ofertas das candidaturas, dos munícipes que respondem à oferta de emprego e dos atendimentos individuais. Faltou aqui um número, que é o número das colocações. Ou seja, as pessoas que encontram emprego à conta do serviço.

Depois, temos aqui que foram realizados 10 atendimentos individuais. Portanto, atendendo àquilo que estamos aqui a falar, significa que este relatório, que se reporta a dezembro, em dois meses tivemos 10 atendimentos individuais. Eu diria que nada contra isto, mas são números e os números permitem-nos ter uma visão da realidade, mas temos que a interpretar, temos que perceber o contexto em que se está. Portanto, convém não virem só os números, mas vir, também, aquilo que esta Autarquia pensa sobre estes números. Porque eu tenho uma noção do que estes números significam para mim - eu próprio já trabalhei e já fui responsável por um gabinete de inserção profissional, não neste contexto territorial, num contexto territorial muito mais complexo do que este - e estes números, na minha opinião, e friso, na minha opinião, não são muito altos. Digo também que podemos ver isto noutra perspetiva que é: não precisarmos de ter números tão altos porque não temos desemprego no nosso Município. O que é ótimo. Mas qual é a opinião da Câmara sobre isto? Não está aqui. Estão aqui os números, mas não está aqui essa informação.

Tal como não está, na questão da inovação territorial e económica. O que temos aqui é que foram acompanhadas 32 candidaturas, que houve um projeto que encerrou - o Espaço Atlântico - certo? Taxa de execução destes projetos? Deliverables entregues? O impacto que estes projetos tiveram na comunidade? O que é que foi construído? Temos que ter isto aqui. E isto não sou eu que estou a dizer. São as regras de comunicação dos projetos financiados pela União Europeia que dizem que as entidades promotoras devem ter uma atitude proativa na divulgação dos resultados, naquilo que é financiado pelos mesmos projetos. Só estou, no fundo, a lembrar.

Todo este trabalho que eu aqui referi, sobre o contexto e sobre a análise de impacto, e assim, foi aqui dado pela bancada do UPF. Soubemos dizer que a campanha do comércio local podei ter tido mais e ficou aquém, quer dizer, por 3 mil euros e não sei quê. Certo! É verdade! Pronto, certo. Tem toda a razão. Dou-lhe toda a razão.

No entanto, a interpretação é feita e não retira verdade àquilo que eu quero dizer. Ou seja, não vamos ter aqui dois pesos e duas medidas. Vamos honrar o passado para nos orgulharmos do presente, seja ele qual for, e estaremos cá para contribuir para que a

construção desse presente seja sólida, construtiva e que envolva todas as visões. Obrigado.»

António Flor Agostinho, PSD: (30':20")

«Eu gostava de começar a intervenção com uma nota prévia, para responder ao Pedro Cristo. Quem trabalha tem as dificuldades que nós temos. Eu também tenho. Noites a ver estes papéis, trezentos e tais papéis. Mas o Pedro Cristo deveria era ter falado com o Pinto Reis, porque o Pinto Reis é que não permitiu que o prazo fosse mais que 5 dias. Nós queríamos mais tempo para ler os papéis, mas o Pinto Reis defendeu, em reunião de líderes, que o mínimo eram os 5 dias. Ou dois dias... Eu também sofro um bocado com isto, tem razão, porque eu gosto de ler tudo, tenho que ver os papéis todos, para não ter problemas.

Relativamente àquilo que nos é apresentado no Relatório, o Sr. Presidente já disse tudo. Nós agora vamos ter aqui uma nova figura. Desculpe que lhe diga - não é uma crítica, aquilo que eu venho aqui dizer - é mais pedagógico, e não quero entrar em conflito. Nós já percebemos que vamos ter uma nova realidade quanto a este documento que nos vai ser apresentado. O Sr. Presidente diz logo na primeira folha ao que vem, estamos a aprender e a evoluir, vamos fazer novo, vamos fazer diferente, queremos liderar, e já começaram com este documento.

O que podemos constatar através deste documento é que, passados 4 meses, e, compreensivelmente, 4 meses são 4 meses... é muito pouco tempo - e então para os Srs. Vereadores, serem só 2, desenvolverem trabalho é muito pouco tempo. Reconhecemos isso. Não podemos ter aqui um programa de atividades inovador, já com criatividade, já futurologista, já com grandes ideias, já com ações futuras que, infelizmente, até desapareceram. Antigamente, no final, chegámos aqui à última página e tinha "ações a desenvolver", "ações futuras a desenvolver". Agora, ficamos no dia-a-dia. O Sr. Presidente entenda que nós compreendemos que é uma nova forma de apresentar.

Depois, começamos por ler o Relatório e vemos as várias reuniões em que participaram o Sr. Presidente ou os Srs. Vereadores, mas depois, no conteúdo, o que é que ele lá foram fazer? Estiveram presentes, ouviram, participaram, reuniram... mas o que nós gostaríamos era saber qual foi a conclusão, o que é que dali saiu, qual foi o resultado da reunião, o que é que se passou na CIRA. Nós vamos para a frente e não vemos cá CIRA nenhuma. Nós vemos aqui reuniões do Sr. Vereador nas Águas de Portugal da Região Centro, no Baixo-Vouga, enfim... foram-se apresentar certamente, e muito bem, foram-se dar a conhecer, tudo bem, mas nós pretendíamos mais do que referenciar a presença. Isto faz-me lembrar os senhores professores ou a nós, funcionários, quando temos o nosso programa de avaliação, para sermos avaliados, pomos lá a tarefa que é dar aulas, como se isto fosse relevante para o nosso desempenho. Dar aulas é a nossa missão, a nossa obrigação. Ou trabalhar, fazer ofícios, responder a e-mails, ou fazer pareceres. Isso é a nossa obrigação. É óbvio. Agora, isto é relevante? Não é relevante, mas, enfim, é o espírito que aqui está.

Sr. Presidente, nós gostávamos que o resultado destas reuniões fosse, depois, transcrito nos documentos que nos cedem. A sensação com que eu fico é que os documentos a seguir, depois destas páginas introdutórias, depois das fotografias, o que temos é um relatório mensal de cada uma das divisões da Câmara e dos seus vários núcleos. A divisão fez isto, isto e isto, e o núcleo fez isto, isto, isto e isto. Isto não tem grande carácter político. É um levantamento das duas realizações, das suas várias ações, que é aquilo que eles devem fazer. Receberam um ofício, outros deram pareceres. E agora? Estratégia? Foi o próprio Movimento que perguntou pelas linhas orientadoras. Foi o próprio Movimento que perguntou pelas candidaturas futuras. Não fomos nós que fizemos a pergunta, foi o próprio Movimento é que também está a

questionar. Quer saber mais. Nós compreendemos, Sr. Presidente, que 4 meses é muito pouco. Reconhecemos. É muito pouca gente a trabalhar, mas esperemos, no futuro, que tenhamos aqui algo mais importante.

Gostaria, agora, de aproveitar para enaltecer, porque os funcionários limitaram-se a apresentar aquilo que estão a fazer e que decorre do que estava a ser feito no passado. Não há novidade. Nós diretores ou nós chefes de divisão, limitamo-nos a dar cumprimento àquilo que estamos a fazer. Se nos pedem relatórios, nós temos que fazer os relatórios, mas as atividades são as que vêm. Por isso, nós queremos, aqui, enaltecer, e bem, o Laboratório do Envelhecimento - eu não sei porquê, mas comecei a receber convites, acho que foi por ter feito 65 anos, foi a conclusão a que eu cheguei - e agora sou convidado, sempre que há uma atividade para estar presente. E já fui a uma e gostaria de ir a mais para aprender umas coisas, porque acho que este Laboratório do Envelhecimento é uma coisa fantástica. Dar os meus parabéns ao Executivo por ter dado continuidade ao projeto e dar, acima de tudo, os parabéns à nossa anterior Vereadora, à Fátima Teles, pela capacidade de conceber e promover uma coisa tão relevante para a velhice e para nós acabarmos bem os nossos dias. É um projeto que tem várias participações, várias parcerias - a Universidade de Aveiro tem aqui um impulso e outras universidades - que, certamente, vão permitir termos um final de vida mais tranquilo e mais integrador e mais participativo. Eu já estou desse lado.

Enaltecer também o facto da Autarquia ser considerada Familiarmente Responsável pela sexta vez. Para mim, isto também é uma grande honra ver que foi reconhecido o trabalho desenvolvido no passado, esperar que esta Câmara continue a investir fortemente para que consigamos ser mais ainda reconhecidos como Familiarmente Responsáveis. Já não falo nas Bandeiras Verdes que não estão aqui, mas enfim... isso também foi uma atividade que me deixou muito contente porque tive a felicidade de uma das minhas netas ser a representante de uma Escola. Fiquei a saber que foram acompanhadas 32 candidaturas. Ou seja, o outro Executivo deixou, em execução, 32 candidaturas a Fundos Comunitários, muitas delas estão em fase terminal, uma até já acabou. Ficámos a saber que há dois procedimentos na contratação, só dois. Que é a remodelação do edifício municipal - que deve estar ainda em estudo, presumo eu - e é a questão da cobertura da Fábrica das Ideias, na Gafanha da Nazaré - que, tanto quanto penso, deve estar em fase de contratação, a preparar as peças jurídicas para que possa ser lançado. Tristemente, o Ilhavo IN, que aqui foi tão discutido, cessou a sua operação, terminou. Acho que quem zelava ou defendia, infelizmente não vê consequências. Nós também tínhamos muitas dúvidas quanto a este projeto, porque, como nós sabemos, por vezes o autocarro andava a circular sem ninguém. Isto não é razoável para um Município. Não fomos muito defensores desta operação.

Dizer-vos também que a Escola Secundária, tanto quanto eu sei, porque também estive presente numa reunião, o levantamento das patologias daquela escola já foi feito. Depois das patologias temos que ir para as especialidades, porque quem lá esteve - e alguns de vocês sabem que eu estive lá muitos anos - a instalação elétrica é a mesma, as águas são as mesmas, a tubagem é a mesma, e já lá vão 30 anos e nada foi modificado, e aquilo precisa, agora, de ter os tais contratos da especialidade. Certamente que a Câmara vai ter que contratar o especialista da eletricidade, o especialista da tubagem, o especialista da informática, dos alarmes e não sei o quê. Isso estava para ser feito pelo Executivo anterior. Era um compromisso para depois se fazer a tal candidatura aos Fundos Comunitários.

Falou-se aqui muito da equipa multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa. Eu estava na CIRA. Eu sei que isto é um projeto da CIRA. Isto tem parceria da Universidade de Aveiro. Eu sei que isto pode correr o risco da CIRA não querer avançar, mas tivemos aqui um compromisso da Câmara anterior de que, independentemente da CIRA deixar cair este processo, a Câmara de Ílhavo assumiria o compromisso com fundos próprios.

Esperemos que esta Câmara honre esse projeto - já está!? Então ainda bem que esta Câmara vai cumprir e concordamos que cumpra porque é bom sinal.

A terminar, gostava de dizer que também foi com agrado que, depois do que tanto falámos aqui, alguns processos jurídicos estão em fase de conclusão, favorável para a Câmara. Muitos deles até já têm aprovação ou está quase definido que seremos vencedores nos processos. Alguns até são ao contrário, até vão permitir pagamentos à Câmara.

E depois dizer-vos, na análise financeira, que também é um documento que me parece ser feito por técnicos da Câmara, não é por políticos, só venho relembrar o que diz a página 67: "relembramos - os técnicos - que o Município de Ílhavo cumpre com as regras previsionais na elaboração dos seus documentos previsionais e apresenta elevadas percentagens de execução, quer de receita, quer de despesa, o que se traduz numa meritória performance orçamental". Isto é escrito por técnicos que a receita cobrada em 2021 atingiu 90,36% e que vai ser um recorde - estamos muito acima dos 85% exigidos por Lei - e a despesa irá atingir os 78%. Dizer-vos também, quanto à dívida, também está lá escrito, "confirma-se a verificação de um baixo valor da dívida total a fornecedores em cerca de 240 mil euros e a entidades bancárias em 3.186.915 milhões". Um decréscimo de cerca de 1,4 milhões de um ano para o outro. Isto para vos dizer que os técnicos da Câmara afirmam, escrevem e concordam que a situação financeira da Câmara é excelente. É ótima. Só para vos dizer isto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (41':58")

«Muito obrigado. Não temos mais inscrições, por isso dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (42':03")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. É um encanto ver o professor Flor Agostinho a trabalhar desta forma um documento e ler todas as suas Assembleias anteriores e ver o que dizia do documento anterior. É engraçado. Mas deixo, na sua pessoa, a determinação do que diz. Não é bem a mesma coisa. Hoje explicou muito melhor, tinha conhecimento de muito mais informação, que nunca a teve. Independentemente dos técnicos há uma liderança diferente. Também vou recordá-lo. O Sr. tem que reconhecer, como toda a comunidade reconheceu. Olhe... são as sujeições da governação, da atividade do Movimento 'Unir Para Fazer'. Ainda bem que acena a cabeça e que confirma estas coisas, fico muito contente. Estes técnicos, quando fizeram este documento, independentemente de já o fazerem, ou não fazerem, há anos, nós achamos que é mesmo uma mais-valia a qualidade do capital humano que temos aqui, como várias vezes referiu nas suas declarações. Às vezes poderia evitar algumas coisas que são um bocadinho maçadoras, neste texto. Mas é o texto que o Sr. utiliza e eu fico contente porque mal de nós se disséssemos que já tínhamos aprendido tudo e não vínhamos para aqui aprender mais qualquer coisa.

Eu teria a dizer, aqui, quatro ou cinco coisas.

Relativamente àquilo que o PS referiu penso que não faz parte da Atividade Municipal e, portanto, nenhuma referência terei a fazer sobre isso. Concordo, perfeitamente, com aquilo que foi dito. Se a estratégia dos óleos estiver no terreno, na próxima atividade claro que será colunada dessa forma. Não terei problema nenhum em trazer esse assunto aqui.

Relativamente à questão rodoviária, eu queria parabenizar aqui o trabalho excelente do nosso Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré que, num fim-de-semana, recolocou

as situações anormais que se verificaram neste cruzamento. E deixava, por aqui, esta resposta. Estamos, claro, a fazer um estudo sobre o reforço da sinalização do local, porque já não é o primeiro, nem o segundo que ali surge. As bermas estão baixas, ali, naquela curva, mas sempre estiveram. Só quem não passa ali. Eu passo ali muitas vezes, é o meu caminho para a Gafanha da Nazaré, e reconheço, perfeitamente, isso. Têm tido, as duas Juntas, um cuidado em manter as bermas limpas, o que facilita alguma fuga, de vez em quando. Mas é, realmente, triste ver que aquele cruzamento já criou ali uma série de acidentes. Acho que a sinalização horizontal poderá, rapidamente, beneficiar o local. O meu Vereador está a tratar disso. Já estudámos várias situações. A recolocação dos muros caberá, evidentemente, aos seguros, e os proprietários se o fizerem podem, depois, não serem indemnizados. Portanto, com alguma paciência, isso há-de acontecer.

Relativamente ao que a Raquel diz... agradeço as referências que fez à Atividade e ao trabalho feito. Aliás, agradeço a todos os elementos que se pronunciaram, hoje, sobre a Atividade Municipal e o tempo disponível para ler e avaliarem o trabalho. Com isto, também vamos retificar aquilo que foi mencionado aqui, sem problema algum. Assumimos as nossas dificuldades, mas também assumimos que o documento tem uma qualidade distinta, face a outros que conheci anteriormente. Farei, até ao final do meu mandato, o melhor possível para que seja reconhecido, por todos, inclusive aqueles que, depois, o terão disponível na nossa página para consultar e ver - e que podem validar fora desta Assembleia - estas discussões.

Quanto àquilo que são as apostas na sustentabilidade e ambientais, aquilo que eu posso dizer é que é um tema que levei, ou levámos, à CIRA, na última reunião. Porquê? Porque a maior parte das regas municipais dependem do abastecimento das Águas do Carvoeiro e, ainda, dos poços existentes ou dos furos existentes nos municípios que abastecem a água potável que nós consumimos na nossa torneira. Estes sistemas podem entrar em rotura e é evidente que podemos ter aqui dificuldades nas nossas torneiras. Pedimos todos, uns aos outros, para ninguém tomar uma atitude isolada de regar mais tarde ou abrir mais tarde as regas, ou mais cedo. Essa posição será articulada entre os Municípios, uma vez que também somos nós que detemos o fornecimento em alta, através da Associação do Carvoeiro, e temos que ter este cuidado no abastecimento de água.

Mas isto não invalida, também, que as pessoas que tenham um furo em casa e que tenham uma bomba ou outra coisa qualquer, também têm que ter cuidado com os consumos porque estamos a gastar a mesma água, uma pode ser filtrada ou não, mas estamos a gastar a mesma água. Isto é uma decisão que todos nós temos que ter muito cuidado com o que andamos aqui a fazer.

Em relação ao EMACE, ao grupo da Educação, que falou, e à identificação de algumas linhas orientadoras. Neste momento o processo está em marcha. Nós estamos a trabalhar para fazer algumas instruções de trabalho para melhor controlarmos toda a avaliação destes processos, que estão a andar. Vamos avançar, agora, com os projetos de educação e natação - os PIN - que vão arrancar em março. Esperemos que tudo corra bem. Já tivemos algumas observações dos nossos diretores pelo número de miúdos que vão estar na piscina e vamos controlar isso com as nossas equipas para que também não seja um foco de contacto e termos aí algum problema.

Relativamente ao grupo EMACE. A situação que está, neste momento, é decorrente de um processo de contrato que já existia. Portanto, através do Executivo, já estamos a tratar da abertura de um concurso que fecha este domingo. Mediante o resultado de quem apresentar uma candidatura ao processo que nós abrimos, ao procedimento, depois avaliaremos a questão. Vamos avançar com este processo, a expensas próprias. No entanto, se a CIRA tiver novamente essa posição, poderemos ver se ainda cabe nessa candidatura e, portanto, aliviar uma despesa que poderá não ser integral da

Câmara e passar a ser por um Fundo. Mas o balanço é muito positivo, há aqui informações que nós dispomos relativamente a isto e que são o número de, mais ou menos, 800 pessoas envolvidas e mais de 3.000 ou perto de 3.200 pessoas referenciadas pelo processo, depois de avaliação das dificuldades de aprendizagem, das avaliações emocionais, psicologia, terapia da fala, todos estes serviços estão aqui englobados. Temos quatro pessoas no ativo e, portanto, penso que é um modelo que tem uma característica que é personalizar, o que é o mais-valia, e que está validado pelas Diretoras dos Agrupamentos. Temos o registo do Pré-Escolar, do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, que são os mais trabalhados. Também há aqui uma ou outra situação, em relação ao 10.º, 11.º e 12.º. O trabalho das equipas, em turma, permite exponenciar muito rapidamente as pessoas que são alvo deste trabalho. Penso que as coisas estão a correr bem, no entanto, esperamos, domingo, pela solução e depois daremos nota deste trabalho, na próxima Atividade Municipal.

Relativamente à reabilitação, focar-me aqui num projeto e depois darei a palavra ao meu Vereador e à minha Vereadora, se quiserem comentar também alguma coisa, e ficaria por aqui nesta primeira intervenção.

O projeto da Escola Secundária não será assim tão simples como o professor Flor Agostinho mencionou. Também fui aluno daquela escola, e muitos dos que aqui estão já por lá passaram. Realmente essa patologia da eletricidade existe, há uma sobrecarga sobre os equipamentos porque fomos introduzindo os retroprojetores, hoje já não são os retroprojetores e temos outros equipamentos informáticos, e tudo isso. É uma reforma. Acho que podemos chamar a isto um projeto, mas se o meu Vereador quiser dar aqui o nome a isso.... realmente o que nós encontramos foi um dossier com um levantamento exaustivo dos problemas. Há aqui um custo mais elevado do que propriamente só as especialidades. As especialidades estarão dentro de um projeto e teremos que verificar isso.

Quanto a candidaturas e a processos de candidaturas, estão a decorrer algumas coisas no que nós achamos que nos podemos enquadrar, nos avisos que já estão abertos. Acho que só devemos cantar vitória quando conseguirmos essas candidaturas. Ainda hoje fechámos uma candidatura e, portanto, fecharemos, depois, com vocês, através da Atividade Municipal, esses processos.

Em relação a alguns trabalhos que estamos a fazer, esperamos que a cobertura da Fábrica das Ideias seja um processo resolvido em breve porque tem inúmeros transtornos para o exercício da Fábrica das Ideias. Portanto, gostaríamos de fechar isto. Relativamente ao comércio local, não queria abordar muito este tema porque já o falámos, no Executivo da Câmara, com os nossos Vereadores que estão sem pelouro, mas que estão no exercício das suas funções. Portanto, se me permite, acho que se algum dia isto acontecer terá que ser reformulado e, como se diz, partir pedra sobre uma solução que possa dar melhores resultados. Mas não quero, aqui, comentar isto. Sabemos tudo, eu tive o cuidado de levar isto bem apresentado e bem explorado sobre a situação das informações que nos chegaram. Não temos dúvidas sobre esta situação. Sobre as atividades económicas no Município, temos vindo a registar. Hoje, permite ao Executivo e à Assembleia ter uma leitura completa daquilo que são os serviços que são prestados pela Câmara e pelos seus técnicos. Se os técnicos têm valor, nós também queremos ter esse valor e não queremos estar separados e, em equipa, vamos trabalhar.

Queria dar aqui só mais uma nota, um bocadinho desagradável para mim ouvir o que já ouvi aqui hoje.

Nem sempre ouvi, nas reuniões que tive na Câmara, o melhor da Câmara, nem o melhor comportamento no passado. Fica comigo essa atitude, nem venho para aqui referir o que quer que seja sobre uma atitude que é repetida ou que já estava feita ou que não estava feita.

Aquilo que me apraz dizer aqui é que, realmente, recebi e vou tratar de dignificar, da melhor forma, a Câmara e a Assembleia Municipal e todos os órgãos que forma eleitos. E espero que também o façam conosco.

Quanto à Margarida Alves, vamos tomar nota das suas referências relativamente ao documento. Como é evidente, não queremos que isto aconteça, nem que se repita.

Dar-lhe uma nota sobre esta questão da subcomissão COVID. Nós ainda não fechámos este trabalho e, possivelmente, a sua referência leva-me a pensar colocar isto na próxima Atividade. Este foi um trabalho que foi muito bem acolhido, quanto a mim, porque sempre tivemos um grupo presente, onde a Delegada de Saúde estava, as Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, envolvemos a nossa Chefe de Divisão da Educação e da Ação Social, os meus Vereadores, o meu Adjunto, as IPSS, a GNR e os Bombeiros, todos estivemos, sempre, juntos nesta resolução. Tentei, sempre que possível, com algumas falhas - reconheço aqui - transmitir aos meus Presidentes de Junta a informação. Tive sempre as evidências, nomeadamente pelo Carlos António, que me referia que, muitas das vezes, gostava de ver particularizada a situação da Gafanha da Nazaré. Uma situação que não ocorreu nunca essa informação e agora ainda mais difícil porque estamos a receber do Distrito e não localmente, apenas de Ílhavo. Fizemos relatórios.

Relativamente à Proteção Civil, posso-lhe dizer que é uma situação - não referiu, mas eu refiro - onde temos muito trabalho para fazer no Executivo. A Proteção Civil Municipal tem ainda reuniões por resolver. Tem que encontrar um coordenador de Proteção Civil, porque nunca o teve. Hoje a lei mudou em algumas áreas, como, por exemplo, na área das florestas, e, por isso, já estamos a trabalhar no novo regulamento. E estamos com um trabalho muito exaustivo. Como vê, para três pessoas, para uma equipa com duas Secretárias, um Adjunto e uma Chefe de Gabinete, a equipa do capital humano da Câmara também tem que se desdobrar - temos aqui uma mais-valia já que voltámos a ter o Eng. Rodolfo no GTF [Gabinete Técnico Florestal] - mas que é muito preciso também o reforça na área do planeamento e das obras. Vamos tentar, no mês março, regularizar esta situação, tendo tido um assunto que foi complicado - o incêndio de uma lancha rápida, numa rotunda na Gafanha da Encarnação. O nosso Presidente da Junta esteve presente desde o primeiro minuto e nos transmitiu, onde tivemos que envolver meios de transporte, meios de carga, que a Câmara se irá responsabilizar. Sentimos que faltava ali uma outra informação - também não foram os bombeiros os primeiros a informar, foi o Sr. Presidente da Junta. Estamos a articular com os bombeiros para as informações também caírem aqui e estarmos 24 horas todos ligados no âmbito da Proteção Civil. Uma coisa que não acontecia. Esporadicamente acontecia, mas vamos tentar regularizar estas situações para melhor respondermos no futuro.

Eu realmente quase que levava aqui uma lição do André Guimarães, ou todos. Mas faltou-lhe aqui uma coisa: é que continua a ser o IEFP a liderar o processo dos números. Aquilo que nós estamos a fazer, neste momento, relativamente ao GIP é dizer ao IEFP que a realidade do desemprego hoje não é a mesma que vivíamos há quatro ou cinco anos. E com a contabilização de há três anos, hoje não se verifica em nada a possibilidade de nós atingirmos os objetivos que tenha conhecido ou não no GIP onde esteve. Eu fiz parte de uma equipa que candidatou o GIP de São Salvador e que o conquistei, e agora vamos ver se se consegue manter, e apanhei, aqui, o GIP com a Ana Freitas na sua liderança. Acho que o processo está bem e reformulámos todos os indicadores porque era difícil atingirmos os objetivos que muitas vezes nos propõem. É um bocadinho isto que explanámos aqui. Relativamente às empresas, foi sempre difícil a todos dos GIP saberem porque quem se coloca não informa que está colocado. E essa situação que me está a dizer - acredito que possa ter tido uma organização mais válida do que a nossa - mas já era impossível no primeiro GIP que conheci e no segundo. E o IEFP diz-nos a mesma coisa em relação aos GIP todos que controla. É

natural que haja soluções. Para já ainda ninguém as desvendou. Mas tudo bem... aceito perfeitamente o que disse.

Relativamente às outras questões que disse, em relação às empresas, eu não vou comentar porque teríamos aqui muito para falar sobre isso. Vou tentar arranjar soluções novas, que o Município possa ter resposta ou que a sua Incubadora não esteja deserta e que não seja só o domínio fiscal de uma empresa, neste momento - que já o era. Vamos tentar algumas soluções que se têm vindo a arrastar ao longo dos anos. Ainda bem que agora estão aqui e que vamos partilhando convosco, neste documento.

Relativamente àquilo que o professor Flor Agostinho referiu das ações futuras a desenvolver. Realmente recordo-me de estarem mencionadas algumas ações anteriormente, mas nós fazemos uma evidência que é clara no nosso Município: tentarmos fazer, cada vez mais, uma transparência da ação. Todos os dias, a nossa equipa de comunicação, que neste momento está em quatro pontos - a Biblioteca, o Museu, a Casa da Cultura e aqui, na Câmara - criando, cada vez mais, articulação entre elas, tentar prever que um evento que vai acontecer daqui a 15 dias publicá-lo e transmitir-lo. Portanto, eu acho que são essas coisas que apareciam no documento e é isto que nós estamos a fazer com mais frequência. Estamos a ter impactos mais superiores em relação àquilo que nós esperávamos, nesta data. Ou seja, as pessoas estão muito ansiosas para conhecer os eventos, para perceber onde é que se vão socializar, onde é que vão estar, no futuro. Espero que os nossos edifícios culturais voltem a ter indicadores e rácios elevados de frequência. Isso é importante. Que o plano cultural cresça e que tenhamos, também, os melhores espetáculos e os melhores auditórios em breve.

Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:00':17")

«Muito bem. De acordo com o nosso Regimento, é meia-noite e meia e teríamos que terminar. No entanto, faço um apelo ao Plenário para que possamos concluir este ponto. Havendo a concordância do Plenário, daria início às inscrições para a segunda ronda.»

José Pinto Reis, UPF: (01:01':32")

«Eu peço desculpa por não utilizar nenhuma figura regimental para responder ao Sr. Flor Agostinho, mas a mim não me dá esses recados. Já começou por, da sua cátedra, dar-me uma aula daquilo que eu devo apresentar ou o que o nosso Grupo deve apresentar como votos de louvor. Já me tentou dar, da sua experiência de quase 40 anos, que é muito boa, mas que a guarde para si. Muito obrigado.

Em relação ao outro assunto, vou-lhe lembrar que o Regimento desta Assembleia foi votado por unanimidade. E que eu, na primeira reunião, estive de acordo em manter o regimento que o Sr. aprovou há 4 anos em que dava dois dias, dois dias, para receber a informação. A minha primeira proposta é de quatro dias, que é aquilo que está hoje em vigor. A proposta é vossa. O único partido que aqui pretendeu alargar esses prazos foi o PS. E a isso faço-lhe homenagem. O PSD, pelo contrário, sempre tentou reduzir ao mínimo os prazos que eram concedidos à oposição. E o Sr. esteve sempre nessa bancada e defendeu sempre essa posição. Querem que invoque a defesa da honra?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:03':04")

«O Pinto Reis não pediu para defender a honra, pediu para intervir. Portanto terá que intervir enquadrado no ponto que estamos a discutir.»

José Pinto Reis, UPF: (01:03:11")

«Mas isto também foi falado neste ponto. Eu estou a responder no mesmo ponto. Mas vou terminar. Vou terminar. A forma como trata o Movimento 'Unir Para Fazer' não é digna de alguém com tanta experiência. Muito obrigado.»

Margarida Alves, PSD: (01:03:57")

«Antes de mais quero dar os meus parabéns ao Flor Agostinho porque já paga meio bilhete na CP. Com 65 anos já paga meio bilhete na CP. Não é só receber os convites da Câmara Municipal. Há muitas benesses nessa área. E era precisamente por aqui que eu queria concluir a minha intervenção. A importância que é, para o Município, a inauguração do Laboratório do Envelhecimento. Nós, até à morte, devemos estar com dignidade. Conforme é referido, não é só o capital humano nas organizações, é, também, a relação que existe entre a sociedade que se deve obrigar a proteger os seus mais débeis, sejam crianças, ou sejam idosos. É precisamente por aí que tenho que dar os parabéns ao Executivo anterior e tenho que dar os parabéns ao atual Executivo porque finalizou um projeto que demorou dois anos a ser implementado, e que fez a inauguração do projeto que demorou dois anos a ser implementado, que é o Laboratório do Envelhecimento. Ainda não de dizer que a Fátima Teles me vai pagar um jantar - eu também sou baratinha, pode se um prego no prato e fico satisfeita. Mas a Fátima Teles foi a cara deste projeto.

Naturalmente, também, aqui, apelar e reforçar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara falou. Eu não andei na Escola Secundária de Ílhavo. Houve a visita de deputados da bancada do Partido Social Democrata no tempo da Troika - portanto, vejam há quantos anos foi... e depois da Troika - que vieram cá tomar nota das condições pouco dignas que os alunos tinham dentro da Escola. Mas a mim também me preocupa porque já que há tantas reuniões - e eu, por outras funções que tenho, participo nas reuniões do ACES Baixo Vouga, onde aquilo que tinham definido eram as obras do Centro de Saúde de Ílhavo, que se concretizou, e volto a falar na Unidade de Saúde Familiar da Gafanha da Nazaré porque, de facto, não estava projetada no plano de ação, mas que foi apresentado - e são essas as reuniões que interessam, não são as reuniões de cordialidade. São reuniões de trabalho, onde as coisas são faladas e são feitas de x em x tempo, tal como um Conselho Municipal de Segurança, ou da Juventude. E fico por aqui. Muito obrigado.»

Flor Agostinho, PSD: (01:07:24")

«Eu não pretendo dar aulas a ninguém. Atualmente nem sou professor. Por acaso, hoje, falei com o Pedro, informalmente, sobre essa questão do voto porque não era normal. E foi o que vim aqui dizer, é que não era normal o que aconteceu com o voto de louvor. Sobre o que o Pedro disse dos documentos, eu só vim aqui demonstrar a minha solidariedade para com ele. São 600 ou 300 e tal páginas. Não foi mais nada do que isto. São 300 e tal páginas que nós temos que ler. E a realidade do passado não é a realidade de agora. Não vamos misturar as coisas. Eu nunca vim aqui dizer que eram muitas páginas para ler. Ele veio-o dizê-lo. Eu só quis manifestar a minha solidariedade para com ele. Se ele reconhece, também temos que reconhecer nós, pronto.

Eu devo dizer que, assim como ele apelou à Mesa, nós, no passado, no mandato anterior, tínhamos um acordo de cavalheiros com o Presidente da Mesa - na altura, o professor Fernando Maria - que assim que tivesse os documentos disponíveis nos mandasse. A reunião era à quinta e, assim que ele tivesse os documentos, na sexta-feira, enviava para nós. E eu tive muitos fins-de-semana em que tive a oportunidade de ler os documentos. O mesmo alerta que o Pedro fez, era o que fazia o Fernando Maria. Sobre o Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu não estou a entender muito bem a sua intervenção porque eu vim aqui dizer que são 4 meses, que são poucos Vereadores,

que têm muito trabalho. E dizer-lhe que aquilo que explicou, depois, na sua intervenção a mim me satisfaz, porque era isso que eu gostava de ter visto no relatório. Eram as suas ideias, eram os seus princípios, era a sua estratégia para muitos assuntos. Fez o favor, e bem, de me explicar, depois, e não por escrito, mas oralmente. Fiquei satisfeito porque tive conhecimento de muitas realidades que no papel não estão, na medida de que o que está lá são levantamentos, são dados. Agradeço ter-me explicado à posteriori.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:09:39")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou passar aos meus Vereadores. Mas antes, perante tudo o que tem sido referido, dar os parabéns ao funcionário da Câmara Municipal, Miguel Araújo, pelo trabalho de elaboração das atas. E se são pesadas e votaram favoravelmente, parabéns pelo seu trabalho e pelo resultado que teve. Vou passar à minha Vereadora, Mariana Ramos.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:10:03")

«Não me querendo alongar muito, tendo em conta que estamos todos muito cansados, e, sim, tendo em conta que nós somos uma equipa curta - começamos sempre o dia cedo e saímos daqui tarde, todos os dias - este elencar de atividades nas quais, nós todos, estivemos envolvidos, está explanada a nossa agenda. Muitas vezes, coincide com a presença de vários membros do Executivo, naturalmente.

Relativamente, relativamente ao Relatório de cada reunião, é óbvio que todas as ações que irão ser tidas em consideração no futuro terão, como base, todo o trabalho preparatório reunido nestas reuniões que vamos tendo e que, de certa forma, foram aqui mencionadas na Atividade Municipal. Entendemos, nós, que a Atividade Municipal é exatamente isto: é um Relatório do trabalho produzido pelos técnicos que são orientados por nós e, também, as nossas atividades do ponto de vista político.

No que concerne à questão do Gabinete de Inserção Profissional, apenas para completar a informação que o Presidente transmitiu, efetivamente nós temos feito um esforço enorme para que haja este feedback. Realmente é notória a questão da taxa de desemprego e da falta de mão-de-obra. Essa é uma das leituras possível a tirar deste relatório, desta atividade. É uma das leituras possível.

No que concerne à questão das candidaturas e das taxas de execução, eu posso dizer que, efetivamente, também parte do meu passado, do meu exercício prévio de funções, e, realmente, eu estava muito, muito, habituada a trabalhar a execução de candidaturas com boas-práticas. Posso garantir que aquilo que está a ser feito, neste momento, é com total rigor e que irá ser feito todo o trabalho de comunicação que é suposto nestas execuções, nestes encerramentos de candidaturas. Temos que ter esta transparência porque estamos a falar de dinheiros públicos que devem ser rigorosamente aplicados a favor de todos.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:13:02")

«Boa noite a todos. Já estamos no fim, mas ainda não tinha tomado a palavra. Portanto, cumprimento todos na pessoa do Presidente da Assembleia.

De facto, de Assembleia em Assembleia vou registando aqui informações muito importantes. Sabia, de comentários anteriores, que, aqui, nesta Assembleia, havia aqui muitos desempenhos muito teatralizados. Hoje já não sei se será só teatro ou se poderão ser outras situações, também. Mas registo com muito apreço. Vou registando inclusivamente alguns termos que utilizam. A questão de ficarem incrédulos a lerem um

documento destes, onde houve um esforço tão grande em o podermos renovar, em que podemos fazer um documento novo, com todos os defeitos que possam ter. Acho que documentos perfeitos não existem. Uns são mais agradáveis para uns do que para outros. Penso que foi claro que cada página de cada elemento deste Executivo tem os eventos onde ele esteve. Portanto, não percebo essas repetições.

Quanto às ações, como falou o Dr. Flor Agostinho, se calhar nós temos que ver que o documento, realmente, é diferente. Em vez de vermos no fim, se calhar, temos que ver no início, e acho que até fomos bem precisos naquilo que seria a nossa estratégia e aquilo que nós pensamos para o Município, aquilo que são as nossas ideias.

E depois as ironias de sempre, que nós vamos ouvindo. Que passou um mês, passaram dois, passaram quatro, não se vê nada e só são dois Vereadores. Levamos sempre o banho de inexperientes é sempre bom, mas estamos cá para aprender, para registar, para trabalhar. Foi para isso que nos puseram cá, foi para trabalhar e é isso que nós fazemos todos os dias e com muito gosto e sempre em prol do Município.

Não sei se há algum problema?»

Da Assembleia Municipal

Margarida Alves, PSD: (01:15:00") - interrupção

«Peço desculpa, mas quem tem que responder é o Sr. Presidente da Câmara. O Vereador não se dirige à Assembleia Municipal É que a arrogância, depois, pode-se pagar cara. Também sei usar os instrumentos do regimento.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:15:14")

«Margarida. Por acaso não é assim. Vamos continuar. Peço desculpa, Sr. Vereador. Conclua, por favor.»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:15:17")

«Bom, até já perdi o raciocínio.

Quanto à questão dos projetos, acho que é muito importante realçar a questão a Escola Secundária que foi falada, até, porque, estamos, de facto, empenhados em desenvolver um projeto para que ele possa ser uma realidade, num futuro próximo, e para que estejamos, de facto, com a maturidade para quando sair um aviso o podermos desenvolver. Tínhamos tido até uma surpresa, em reunião de Câmara, quando fomos confrontados, inclusivamente, pelo PSD, pelo facto de já existir um projeto. E este desconhecimento até nos deixou numa situação complicada e, depois, até se confirmou, de facto, que era mesmo um levantamento de patologias. Podemos dizer que o procedimento já está mesmo avançado para que, muito em breve, o projeto já se desenvolva. E, como esse, estarão outros. Há, então, a questão que também foi falada aqui pela Raquel São Marcos quanto ao esforço que tem sido feito na reparação de equipamentos. Há aqui, sempre, um trabalho que é sempre de louvar. Ficámos muito admirados com o que nos foi logo entregue, no início. Temos feito muito nas Escolas. Não percebemos o que é que aconteceu nas Escolas, talvez algum problema em termos de mão-de-obra, mas herdámos uma listagem muito grande e estamos a esforçar-nos, diariamente, para que a situação estabilize e para que pequenos problemas, no seu conjunto, fiquem resolvidos. E o mesmo se passa com os equipamentos culturais. Como referimos no documento, a vontade, e acho que vai ser mesmo uma realidade, este ano, as coberturas da Fábrica das Ideias e, como falámos na última Assembleia Municipal, a

do Museu, também fique concluída. E com isto termino a minha intervenção. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:15':14")

«Está concluído, Sr. Presidente? Ok. Muito obrigado. Vamos só ler a ata em minuta. É só mais um minuto. E sim, voltamos, dia 4 de março, na próxima sexta-feira.»

Concluída a **apreciação** do Ponto 2 da Ordem do Dia - **Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 19DEZ21 a 31JAN22** - e interrompida a reunião com a aprovação da sua continuidade no próximo dia 4 de março (sexta-feira), às 21h00, neste mesmo local, nos termos dos números 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à deliberação do plenário a aprovação em **minuta da ata** respeitante à primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2022. (01:17':39")

Depois de lida, não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata. (01:19':20")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:47 horas do dia 26 de fevereiro de 2022.


Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator



Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal de Ílhavo realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Esta Sessão foi repartida por 2 reuniões, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças na 1.ª Reunião (25 de fevereiro de 2022).

Sessão Ordinária de Fevereiro de 25 de fevereiro de 2022

1.ª reunião

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	PSD (30 dias)		✓
João Pedro Ribau Casqueira	UPF		
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho	PS		✓
Diana Catarina Anastácio Gandarinho	PS		✓
Daniela Ribeiro Alegria	UPF		✓
Sérgio Louro	CHEGA		✓
António Pedro Oliveira Martins	PS		✓
Cláudia Cristina Fernandes Reigota	UPF		✓
André Filipe Casqueira Guimarães	PSD		✓
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas	UPF		✓
António José Flor Agostinho	PSD		✓
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo	PS		
Pedro Miguel Cristo Graça	UPF		✓
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário	PSD		✓
Modesto Manuel dos Santos	PS (365 dias)		✓
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões	UPF		✓
Hugo Filipe Casqueira Coelho	PSD		✓
José Manuel Figueiredo Pinto Reis	UPF		✓
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		✓
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		✓
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		✓
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		✓
Irene Maria Ribau Esteves Tavares	PSD		✓
Pedro José Catarino Senos Tróia	PS		✓
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos	PSD		✓
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		✓
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		✓
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		✓
María de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		✓
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		✓
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		✓
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		✓

depois das
Sessões

→

SUBSTITUIÇÕES			
Mariana Alvelos Silva (substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo)	PS		✓
Mariana da Silva Lopes (substitui João Pedro Ribau Casqueira)	UPF		✓

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 de janeiro de 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (30 dias a partir de 22 de fevereiro de 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Ílhavo, 25 de fevereiro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

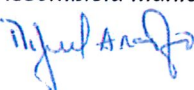


Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / ~~REJEITAR~~

por Unanimidade

25.2.2022

Voto de reconhecimento e louvor

(proposta a ser votada na AMI em 25 fevereiro 2022)

O Dr. Reinaldo José Gomes Topete, nascido em 24 de setembro de 1937 e que nos deixou fisicamente em 9 de janeiro de 2020 foi um Ilhavense marcante neste nosso concelho.

Faleceu com 83 profícuos anos!

Será, para nós reunidos nesta sala em Assembleia Geral deste município, redundante apresentar e definir este singular Ilhavense porque com todos nós se cruzou, em todos nós terá deixado uma influência social na sua forma de encarar o conceito abrangente de cidadania. Foi um Homem público, de causas públicas!

Reservado na sua natureza humana, foi Homem singelo, defensor da nossa cultura, com uma entrega permanente à causa comum, despojado de sentimentos na necessidade de ser reconhecido.

Referimos, só como um exemplo, a sua prática diária da defesa etnográfica no uso das expressões e linguajar tão nosso e conhecido como o “falar à Ílhabo”; ele praticava-o no seu dia-a-dia e tinha orgulho em o demonstrar.

Homem; cidadão reservado na sua assídua presença nos espaços públicos e entre os seus: nós os Ilhavenses.

Amante da leitura e da cultura, foi no nosso Museu Marítimo de Ílhavo que se deu, dedicou e entregou na forma abnegada e desprovida de qualquer tipo de interesses ou reconhecimento; ao qual se dedicou como sua casa fosse.

Neste espaço museológico de relevante valor para o nosso país (conforme reconhecimento feito por sua Excelência o Sr. Presidente da República em Maio de 2021 em mensagem restrita em vídeo),dizia, talvez a maresia, o aroma a sal, o bacalhau e as velas existentes no Museu, a Alma da nossa comunidade piscatória e tantas vezes sofredora impelisse o Dr. Reinaldo Topete a lá “morar”; tal era o tempo de entrega a este nosso museu marítimo de projeção internacional.

A organização, inventariação, catalogação e gestão das obras literárias e das outras milhares de peças existentes no nosso Museu Marítimo, a sua influência e colaboração na exposição “Faina Maior” faz do Dr. Reinaldo José Gomes Topete um exemplo de entrega à causa Pública.

O Movimento Unir para Fazer, ciente das suas responsabilidades transversais ao pulsar deste nosso concelho de Ílhavo tem a honra de propor, a título póstumo, um voto de reconhecimento e louvor a este que, para nós, é um ilustre Ilhavense pela sua ação e atuação: o Dr. Reinaldo José Gomes Topete.

Elevar o nome, a título póstumo, do Dr. Reinaldo José Gomes Topete nesta sala que nos merece todo o respeito e nos imputa obrigações perante a sociedade Ilhavense é da mais elementar justiça.

Esperamos partilhar este reconhecimento com todas e todos os eleitos e com assento deliberativo nesta Assembleia Municipal.

Este pedido de reconhecimento e louvor ao Dr. Reinaldo José Gomes Topete, a ser aprovado, será um reconhecimento público e sem prejuízo de posteriores iniciativas de agradecimento.

Estas considerações são e serão sempre poucas para definir e valorizar um Homem Bom, um Ilhavense de gema. O seu justo e merecido reconhecimento público ficará por fazer na dimensão que merece. Por agora, o Movimento Unir Para Fazer propõe e pede a esta digna Assembleia Municipal que cunhe de reconhecimento a quem se dedicou ao que a todos nós pertence.

Saibamos ser justos com os nossos; reconhecendo o mérito merecedor a quem o tem.

A ser aprovado este justo reconhecimento, o Movimento Unir Para Fazer propõe que da aprovação seja extensível dar conhecimento diferenciado à sua família.

Assim, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo, o Movimento Unir Para Fazer roga a V^a Excelência que submeta este pedido de votação para aprovação de um voto de **reconhecimento e louvor**, a título póstumo, ao Sr. Dr. Reinaldo José Gomes Topete.



Bláscas Rigob



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA 1.^a REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Voto de Louvor, a título póstumo, ao Dr. Reinaldo José Gomes Topete pelos serviços prestados em prol da Cultura e do Património Ilhavense, nomeadamente do Museu Marítimo de Ílhavo. O Voto de Louvor foi aprovado por UNANIMIDADE.

Ponto 1. Aprovação da Inscrição da Assembleia Municipal de Ílhavo na Associação Nacional de Assembleias Municipais - ANAM;

Este ponto mereceu a seguinte votação:

25 Votos a favor, 0 Abstenções, e 0 Votos contra.

Aprovado por UNANIMIDADE.

Ponto 2. Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 21 a 27;

O documento foi **Apreciado**.

De acordo com a Convocatória e a respetiva Ordem do Dia, a Sessão Ordinária terá continuidade, com a realização da segunda reunião, na próxima sexta-feira, dia 4 de março.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata respeitante a esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo a mesma aprovada por:

UNANIMIDADE

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Miguel Pedro Araújo

